



COOPERLUZ – Cooperativa Distribuidora de Energia Fronteira Noroeste
CNPJ: 95.824.322/0001-61

43 ANOS – DISTRIBUINDO ENERGIA E DESENVOLVIMENTO

2013

PRESTAÇÃO DE CONTAS

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2013

Senhoras e Senhores Associados:

Baseados nos princípios que norteiam o cooperativismo e nossas ações, de ajuda mútua, de valorização de nosso associado(a), da transparência e ética nas relações com nossos pares, na busca pela melhoria de processos onde não medimos esforços em prestar um pronto atendimento e de distribuir uma energia com qualidade ao nosso associado(a), com este entendimento trazemos para apreciação do quadro social o relatório das principais atividades desenvolvidas e que em conjunto com as demonstrações contábeis elaboradas de acordo com a legislação societária e regulatória consideramos importante para divulgar o desempenho da **Cooperluz - Cooperativa Distribuidora de Energia Fronteira Noroeste** no ano de 2013.

1. Perfil

A Cooperluz é uma sociedade cooperativa, regida pela Lei 5764/71, fundada em 05/12/1970, com sede em Santa Rosa/RS, com o objetivo social de prestar serviços aos seus 15.552 associados, atuando na área de distribuição de energia elétrica, que consiste nas atividades de aquisição da energia, a distribuição, a comercialização, a manutenção de redes e equipamentos e a administração, com área de permissão em 15 municípios do noroeste gaúcho, sendo uma sede municipal, e seus associados compostos essencialmente por pequenos produtores rurais produzindo em regime de agricultura familiar.

Cooperativa em números

Atendimento	2013	2012	%
Número de Cooperados/consumidores	14.191	13.837	2,56
Número de empregados	119	118	0,85
Número de consumidores por empregado	119	117	1,70
Número de localidades atendidas	15	15	-
Número de postos de atendimento	2	2	-
Número de postos de arrecadação	10	10	-

Mercado	2013	2012	%
Área de permissão (km ²)	2.704,00	2.704,00	-
Energia contratada (MWh)	55.542	55.443	0,18
Demanda Máxima (kW)	16.372	15.139	8,14
Distribuição direta (MWh)	47.992	47.582	0,86
Consumo residencial médio (kWh/ano)	1.476	1.550	(4,77)
Consumo Rural Médio (kWh/Ano)	3.483	3.508	(0,71)

Operacionais	2013	2012	%
Linhas de distribuição (km) (1)	4.127,40	4.110,51	0,41
Consumidores p/Km Rede	3,44	3,37	2,14
Transformadores Instalados	3.520	3.344	5,26
Capacidade instalada (MW)	53.549,00	49.327,00	8,56
Transformadores P/UC -Unidades consumidoras	4,03	4,14	(2,57)
Nº Pontos de Conexão com Supridora	8,00	8,00	-
DEC (horas)	61,23	76,46	(19,92)
FEC (horas)	32,07	29,13	10,09

(1) Dado retificado



COOPERLUZ – Cooperativa Distribuidora de Energia Fronteira Noroeste
CNPJ: 95.824.322/0001-61

Financeiros	2013	2012	%
Receita operacional bruta (R\$ mil)	22.874,20	20.564,72	11,23
Receita operacional líquida (R\$ mil)	20.592,78	17.134,71	20,18
Margem operacional do serviço líquida (%)	14,57	17,53	(16,89)
EBITDA OU LAJIDA	4.266,44	4.163,35	2,48
Lucro líquido (R\$ mil) ou resultado serviço	2.998,95	3.003,09	(0,14)
Patrimônio líquido (R\$ mil)	31.754,40	28.749,85	10,45
Rentabilidade do patrimônio líquido (%)	9,45	10,45	(9,57)
Endividamento do patrimônio líquido (%)	8,81	8,52	3,40
Ativo Imobilizado em Serviço (AIS)	20.599,89	18.148,78	13,51
Investimentos realizados R\$(mil)	5.282,40	4.483,56	17,82
Índice de Liquidez - Corrente	5,22	6,33	(17,54)
Índice de Liquidez - Geral	3,99	4,28	(6,78)

2.Contexto Setorial

O setor elétrico brasileiro divide-se em geração, transmissão e distribuição energia elétrica sendo regulado pela Aneel – Agência Nacional de Energia Elétrica. A distribuição de energia elétrica no Brasil é composta de 63 concessionárias de energia elétrica e 66 cooperativas de eletrificação rural que atuam neste setor anteriores a década de 1970. Por força da Lei 9074/1995, destas cooperativas, 38 foram enquadradas como permissionárias de distribuição de energia elétrica e 12 como autorizadas, restando 14 para enquadramento como permissionárias e 2 autorizadas.

RTE – Revisão Tarifária Extraordinária

No início de 2013, o Governo Federal pela Lei 12783/2013 e Decreto 7891/13 implementou a redução nas tarifas de energia com a extinção de alguns encargos setoriais e do subsídio cruzado entre as classes de consumo que eram suportados pelo próprio mercado e passou a ser ressarcido pelo Tesouro Nacional. A Cooperluz em fevereiro/2013 encaminhou pleito para a Aneel solicitando a realização da RTE para que nossos associados fossem beneficiados com a redução das tarifas. Em abril/2013, a Aneel emitiu a Resolução Homologatória nº 1495/2013 de 02/04/2013 e as tarifas de energia da cooperativa tiveram uma redução significativa e linear de 32,74%.

1ª RTP – Revisão Tarifária Periódica

Depois de um longo processo de construção com o órgão regulador, que teve a participação das entidades representativas das cooperativas (OCB/Infracoop/Fecoergs) e as próprias cooperativas permissionárias, a Aneel – Agência Nacional de Energia Elétrica aprovou a metodologia da 1ª RTP – Revisão Tarifária Periódica das cooperativas permissionárias de distribuição de energia elétrica, metodologia que define os montantes dos custos e despesas operacionais necessários e que serão suportadas pelas tarifas de energia e pelo mercado das cooperativas permissionárias, permitindo que possamos praticar uma tarifa justa aos associados dentro de parâmetros e similaridade das concessionárias, considerando que o nosso mercado é essencialmente rural e rarefeito, e que tenhamos recursos suficientes para cobrir nossos custos e despesas operacionais, dando condições de investir e cumprir com as regulações do setor elétrico e do órgão regulador. Neste primeiro ciclo, o órgão regulador teve a preocupação em construir uma metodologia simplificada e em Junho/2013, na forma do Contrato de Permissão, a Cooperluz passou pela 1ª RTP – Revisão Tarifária Periódica e a Aneel - Agência Nacional de Energia Elétrica através da Resolução Homologatória nº 1548 de 25/06/13 aprovou uma reposição média nas tarifas de 22,22%. A Cooperluz interpôs pedido de reconsideração junto a Aneel, alertando sobre a inconformidade no cálculo do índice apresentado, onde entendíamos que deveria ser menor. A Cooperluz diante da incerteza na análise do pleito pela Diretoria da Aneel, no mês de Julho/13 não repassou para as



COOPERLUZ – Cooperativa Distribuidora de Energia Fronteira Noroeste

CNPJ: 95.824.322/0001-61

tarifas o aumento de 22,22%. Em Setembro/2013 o órgão regulador reconheceu o pleito, reduzindo o índice de reposicionamento tarifário para 12,95% tendo sido homologado pela Resolução Homologatória nº 1614 de 05/09/13 com efeito retroativo a 30/06/2013 e vigente até 29/06/2014. Com a 1ª RTP a demanda que antes era única e medida, passaram a ser cobrada pela supridora como medida na ponta e fora da ponta.

3. INVESTIMENTOS E MELHORIAS

Sistema de Distribuição de Energia

Em 2013 damos continuidade aos investimentos em nosso sistema de distribuição de energia elétrica e demais ativos. Investimos R\$5,282 milhões de reais, um incremento nos volumes investidos na ordem de 17,83% em comparação aos 4,483 milhões de reais investidos em 2012. A Cooperluz em 2013, assim como nos últimos anos e dentro das possibilidades técnicas e de estrutura operacional vem investindo maciçamente em nosso sistema de distribuição, principalmente em projetos de melhorias e de recondutoramento de nossas redes, de regularização de níveis de tensão, de substituição de transformadores de menor potência, de obras do PDD (Plano de Desenvolvimento da Distribuição), de instalação de religadores e reguladores de tensão, todos com o objetivo de melhorar a qualidade da energia distribuída e também de minimizar os efeitos provocados pelas interrupções da concessionária supridora, além de atender a demanda de projetos que temos de nossos associados. Em 2013, iniciamos a terceirização de parte de nossos serviços de construção de redes, como forma de agilizar o tempo de atendimento ao nosso associado.

Adquirimos 02 novos caminhões equipados com guindaste hidráulico e cabine adicional para o transporte de pessoal, permitindo mais agilidade nas ações de construção e manutenção de redes. Adquirimos também 3 (três) caminhonetes, sendo duas equipadas para os serviços de plantões e uma para os serviços de qualidade de energia e 6(seis) motocicletas para os serviços de leitura.

Quadro de Investimentos

Investimentos – em R\$	2013	%	2012	%
No Sistema de Distribuição	3.788,30	71,70	2.651,99	59,15
Em Rebaixadoras - adequações	363,20	6,90	582,16	13,00
Em Instalações e demais bens	231,60	4,40	47,13	1,00
Em Veículos	795,90	15,05	728,57	16,25
Em Curso - estoques	103,40	1,95	473,70	10,60
Total	5.282,40	100%	4.483,56	100%

Fontes de Recursos - em R\$	2013	%	2012	%
Próprios	5.018,69	95,00	4.085,80	91,13
Empréstimos/Financiamentos	0,00	0,00	0,00	0,00
Associados/participação Financeira	263,71	5,00	397,75	8,87
Total	5.282,40	100%	4.483,56	100%

Política de Reinvestimento dos Recursos

A Cooperluz dentro do seu princípio de cooperativa procura alavancar os recursos disponíveis e tem investido ao longo dos últimos anos na melhoria do seu sistema de distribuição e na infraestrutura da cooperativa, procurando sempre prestar um serviço de qualidade aos seus associados consumidores de energia. Diante disto, o associado(a) tem tido esta sensibilidade quando define que as sobras de determinado exercício devem ser capitalizadas em fundos da cooperativa, e que certamente vai propiciar novos investimentos e melhorias sem a necessidade de busca de recursos de terceiros.



4. Distribuição de Energia – operacional e melhorias

Em 2013, apenas 21 transformadores foram substituídos por queima, o que representa somente 0,59% dos 3.520 transformadores instalados, um resultado do contínuo trabalho de proteção das redes e dos equipamentos.

Manejo de Vegetação: Em decorrência que nossa área de atuação é essencialmente rural, obrigamos a desenvolver atividades permanentemente de manejo de vegetação existente sob toda a rede de distribuição de energia, a qual realizamos sob a supervisão de empresa e responsabilidade técnica de profissional especializado, requerendo anualmente o licenciamento junto ao DEFAP/RS nas áreas rurais e licenças das Prefeituras nas áreas urbanas. Atualmente contamos com duas equipes com estrutura e logística própria, que estão capacitadas e recebem treinamento sobre procedimentos técnicos e legais para a realização destas atividades.

Plantonistas: A Cooperluz em 2013 implementou mais uma dupla de eletrecistas-plantonistas, temos atualmente 9(nove) duplas instaladas nas sedes dos principais municípios de nossa área de atuação, permitindo que o atendimento às solicitações de serviços tenham mais agilidade e a referência da cooperativa nos municípios.

5. Balanço de Energia

Energia Adquirida

Em 2013 adquirimos da nossa supridora 55.541,59 MWh, comparativamente a 2012 tivemos uma evolução na compra de energia de 0,18% e na demanda tivemos um incremento de 4,2%.

Energia Adquirida MWh	2013	%	2012	%	Evolução	%
Supridora	56.820,59	100,00	56.583,36	100,00	237,23	0,42
RGE S/A	55.541,59	97,75	55.443,36	97,99	98,23	0,18
PROINFA	1.279,00	2,25	1.140,00	2,01	139,00	12,19

Energia Distribuída

Em 2013, distribuimos aos nossos associados: 47.992,21 MWh, comparado à 2012 tivemos um crescimento de 0,86%. As perdas de energia ficaram em 13,59%, as quais estão dentro dos parâmetros verificados nos últimos anos, considerando que nosso sistema é composto de grandes extensões de redes, essencialmente mercado rural com baixa densidade de unidades consumidoras por Km de redes.

MWh Faturado	2013	%	2012	%	Evolução	%
CLASSES DE CONSUMO	47.992,21	100,00	47.582,39	100,00	409,82	0,86
RESIDENCIAL	3.286,66	6,85	3.025,15	6,36	261,51	8,64
INDUSTRIAL	866,36	1,81	1.005,21	2,11	(138,85)	(13,81)
COMERCIAL	2.442,46	5,09	2.229,65	4,69	212,81	9,54
RURAL	38.621,75	80,48	38.707,86	81,35	(86,11)	(0,22)
OUTRAS	2.774,98	5,78	2.614,52	5,49	160,46	6,14

O crescimento verificado em 2013 de 0,86% na energia distribuída em relação a 2012 tínhamos a expectativa de uma evolução maior, porém, em função que o nosso mercado é essencialmente rural, o clima foi fator preponderante, onde tivemos um período de frio prolongado e na sequência um período chuvoso, contribuindo na diminuição da atividade econômica nas propriedades rurais, além da aquisição e ou substituição de equipamentos mais eficientes utilizados nas propriedades, o



que contribuiu para que não tivéssemos um crescimento mais expressivo.

A classe rural que representa 70% do nosso faturamento e 80,48% da energia distribuída teve uma pequena redução de (0,22%).

A classe residencial em 2013 assim como em anos anteriores manteve seu crescimento em relação as demais classes na ordem de 8,64% e representa 10,62% de nosso faturamento. Na classe industrial tivemos uma redução de consumo de -13,81%, mas foi compensada pela evolução da classe comercial de 9,54%.

Em 2013, tivemos no grupo de tensão A4, um crescimento na demanda distribuída, classe representada pelos grandes consumidores e principalmente as propriedades rurais classificadas como irrigantes.

6. Desempenho Operacional

Participação Classes de Consumo na Receita:

Nosso faturamento bruto (incluso impostos, contribuições e encargos setoriais) teve uma redução na ordem de (12,19%) em comparação a 2012, sendo reflexo da redução das tarifas de energia ocorrida em Abril/2013 pela RTE de forma linear de 32,74% em todas as classes, sendo parcialmente recomposto em setembro/2013 com o reposicionamento tarifário de 12,95% pela 1ª RTP – Revisão Tarifária Periódica.

Faturamento Bruto R\$	2013	%	2012	%	Evolução	%
CLASSES DE CONSUMO	14.910.011,19	100,00	16.979.021,49	100,00	-2.069.010,30	-12,19
RESIDENCIAL	1.584.177,39	10,62	1.719.458,92	10,13	-135.281,53	-7,87
INDUSTRIAL	414.173,54	2,78	473.238,87	2,79	-59.065,33	-12,48
COMERCIAL	1.348.058,42	9,04	1.406.615,80	8,28	-58.557,38	-4,16
RURAL	10.438.428,35	70,01	12.107.689,74	71,31	-1.669.261,39	-13,79
OUTRAS	1.125.173,49	7,55	1.272.018,16	7,49	-146.844,67	-11,54

Com a redução das tarifas promovidas pela Lei 12783/2013 e Decreto 7891/13 que promoveu a retirada dos subsídios cruzados da estrutura das tarifas que eram suportados pelo próprio mercado da distribuidora e que passou a ser suportado pelo Tesouro Nacional através dos recursos da CDE – Conta de Desenvolvimento Energético, a Cooperluz em 2013 na forma do Despacho Aneel nº 2850/13, provisionou de subvenção econômica o montante de 2,42 milhões de reais.

Com relação à evolução das tarifas e especificamente a tarifa rural a qual representa 70% de nosso faturamento, está nos mesmos níveis praticados em abril/2007, e comparativamente neste período tivemos uma evolução inflacionária em torno de 40%.

Unidades Consumidoras

Em 2013, tivemos um incremento de 354 novas unidades consumidoras o que representa uma evolução 2,56%, que consideramos satisfatório, destacando-se o crescimento da classe residencial. Um fato positivo, nos últimos anos, as unidades consumidoras da classe rural tem se mantido estável.

Unidades Consumidoras	2013	%	2012	%	Evolução	%
CLASSES DE CONSUMO	14.191	100,00	13.837	100,00	354	2,56
RESIDENCIAL	2.227	15,69	1.952	14,11	275	14,09
INDUSTRIAL	29	0,20	30	0,22	-1	-3,33
COMERCIAL	556	3,92	537	3,88	19	3,54
RURAL	11.090	78,15	11.035	79,75	55	0,50
OUTRAS	289	2,04	283	2,05	6	2,12



Serviços próprio de leitura dos medidores

Os Serviços de leitura são realizados com estrutura da própria cooperativa. Em 2013 realizamos 164.880 leituras em 99 rotas dos 14.191 associados. Com estes serviços temos minimizado os efeitos de medidores parados, avariados e ou casos de desvios de energia.

7. Atendimento ao Associado

Atendimento Telefônico

A Cooperluz disponibiliza aos seus associados atendimento telefônico gratuito 24 horas pelo nº 0800 517492. Em 2013, atendemos 26.259 ligações, que gerou no sistema de atendimento 7.115 registros de solicitações de serviços de nossos associados e 3.757 registros de serviços emergenciais.

Postos de Atendimento Presenciais

A Cooperluz disponibiliza aos seus associados dois postos de atendimento presencial para encaminhamentos de pleitos na sede administrativa em Santa Rosa que atende de segunda a sexta feira em horário comercial e na sede do município de Senador Salgado Filho que atende nas quartas feiras, junto ao Posto de Arrecadação.

Postos de Arrecadação

Mantivemos o convênio com os Sindicatos dos Trabalhadores Rurais, permitindo que tenhamos 10(dez) postos de arrecadação, além de ser uma referência da cooperativa no município, possibilita que o associado tenha sua fatura disponível no seu município e possa efetuar o pagamento. Também, mantivemos convênio com as principais instituições financeiras.

Página Eletrônica - Site Cooperluz

Em 2013 na página virtual da Cooperluz no endereço eletrônico: <http://www.cooperluz.com.br>, está disponibilizado uma série de informações ao quadro social e a comunidade em geral. Através de menus auto explicativos e de fácil interação, encontramos informações sobre a cooperativa, pequeno histórico, estrutura organizacional, informações econômicas e financeiras. Também foi disponibilizado informações ao cooperado, como, tarifas aplicáveis, informações de pedidos de ligação, dicas de segurança e de economia, perguntas frequentes, ressarcimento de danos elétricos, informações sobre emergência, legislação aplicável, padrões técnicos e comerciais. Também foi disponibilizado através de menus próprios, acesso a agência virtual que permite ao associado tomar conhecimento prévio de sua conta de energia, seu histórico de consumo, emitir segunda via e informações referente as interrupções de energia programadas por município e localidade, ou por equipamento.

Qualidade Técnica dos Serviços Prestados

A Cooperluz dentro dos prazos definido pelo órgão regulador está implantando os indicadores de qualidade e apurou em 2013 os indicadores DEC/FEC geral da empresa:

Indicadores	2013	2012
DEC - Duração Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora – Valor apurado.	61,23	76,46
FEC - Frequência Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora – Valor apurado.	32,07	29,13



8. Desempenho Econômico-Financeiro

Em 2013 as sobras líquidas foram de R\$2,99 milhões, enquanto que em 2012 foi de R\$ 3,00 milhões uma redução de 0,14%. Nosso faturamento de energia comparativamente a 2012, teve uma redução na ordem de (12,19%), sendo reflexo da redução das tarifas de energia em abril/13, ao passo que nossa receita operacional líquida(excluída as receitas de construção) em 2013 atingiram R\$ 15,1 milhões, enquanto em 2012 situou-se em R\$13,6 milhões, em função da retirada de alguns encargos setoriais e a recomposição da receita em parte pelo provisionamento da subvenção econômica definida pelo Decreto 7891/13 com recursos do CDE – Conta de Desenvolvimento Energético.

As despesas operacionais compostas de custo do serviço, custo de operação e outras despesas operacionais(excluídas os custos com construção da infraestrutura da permissão) totalizaram em 2013 R\$ 12,15 milhões, em 2012 atingiram 11,03 milhões, um incremento de 10,15%. Nesta evolução dos custos e despesas operacionais, destacamos o incremento no custo da energia comprada para revenda na ordem de 20,19% decorrente que a partir da 1ª RTP(junho/13) passamos de demanda medida e única para demanda medida na ponta e fora de ponta. Quanto aos dispêndios/custo de operação e dispêndios/despesas operacionais tivemos uma variação de 7,43%. A rentabilidade do Patrimônio Líquido do exercício foi de 9,45% contra 10,45% em 2012.

Demonstração do EBTIDA

O demonstrativo **EBTIDA** é uma informação calculada a partir das Sobras/Lucro operacional, acrescido da depreciação/amortização em função que estas despesas não afetam a geração de caixa. Para fins de análises no EBITDA as receitas de construção e custos de construção da infraestrutura da permissão de valores idênticos e que não afetam o resultado não foram consideradas nos grupos de receitas operacionais e despesas operacionais.

A geração operacional de caixa medido pelo EBTIDA em 2013 foi de 4,26 milhões de reais um incremento de 2,48% em relação a 2012 conforme evolução abaixo:

Demonstração do EBITDA ou LAJIDA	2013	2012	Δ%
(+) Receita Operacional Líquida	15.120,11	13.689,45	10,45
(-) Custos e Despesas Operacionais	12.305,23	11.236,07	9,52
(=) Lucro Operacional	2.814,88	2.453,38	14,73
(+) Depreciações e amortizações	1.451,56	1.709,97	-15,11
(=) EBITDA e ou LAJIDA	4.266,44	4.163,35	2,48
(%) Margem EBITDA e ou LAJIDA	28,22	30,41	-7,22

DVA – Demonstrativo do Valor Adicionado

O quadro abaixo demonstra a distribuição da riqueza gerada pela Cooperluz a partir do DVA (Demonstrativo de Valor Adicionado) em 2013, a qual totalizou 12,2 milhões de reais representando 64,30% da receita bruta e foram partilhados com pessoal, governo, financiadores e associados. As receitas de construção e custos de construção da infraestrutura da permissão de valores idênticos e que não afetam o resultado não foram consideradas nos grupos de receitas operacionais e (-) insumos-despesas operacionais.



COOPERLUZ – Cooperativa Distribuidora de Energia Fronteira Noroeste
CNPJ: 95.824.322/0001-61

Distribuição da Riqueza - Por Partes Interessadas	2.013		2.012	
	R\$(mil)	%	R\$(mil)	%
EMPREGADOS	4.877,27	39,89	4.227,71	34,07
GOVERNO (impostos, taxas e contribuições e encargos setoriais)	4.025,62	32,93	4.840,69	39,02
FINANCIADORES	323,82	2,65	335,63	2,71
ASSOCIADOS	2.998,95	24,53	3.003,09	24,20
(=) VALOR ADICIONADO DISTRIBUIDO (TOTAL)	12.225,66	100,00	12.407,12	100,00

9. Capacitação e Treinamento

Área Técnica e Operacional

Damos continuidade na capacitação de nossos colaboradores que trabalham na área técnica e operacional em 7(sete) eventos de capacitação, reciclagem e ou treinamento com 189 inscrições, totalizando 220 horas de treinamento em:

i) Curso de formação de eletricista de redes aérea de distribuição – Nível I a III; ii) NR10 – básica; iii) NR 35 – trabalho em altura; iv) CIPA – Treinamento;

10. Ações de Segurança e Valorização do Colaborador

Semana Interna de Prevenção de Acidentes

Na XXII SIPAT – Semana Interna de Prevenção de Acidentes do Trabalho, foram ministradas palestras envolvendo 96 participantes, totalizando 12 horas de capacitação e trabalhos de conscientização: i) Palestra sobre Direção Defensiva e Legislação Trânsito; ii) Palestra sobre Postura Corporal – coluna Vertebral; iii) Ginástica Laboral; iv) Primeiros Socorros; v) Tabagismo, alcoolismo e DST – doenças sexualmente transmissíveis; vi) Realização de exames clínicos para todos os colaboradores (sangue); vii) PSA, mamografia e pré-câncer;

Resultado das Ações de Segurança

A Cooperluz, como cooperativa permissionária de distribuição de energia elétrica, tem uma grande preocupação com a segurança e as condições de trabalho oferecidas aos seus colaboradores. Além da estrutura e logística que vem sendo renovada e atualizada, tem investido em treinamento, capacitação e principalmente na conscientização das pessoas envolvidas nos processos em áreas de risco. Os índices de acidentes de trabalho dos últimos anos demonstram que as ações desenvolvidas tem dado resultado, devendo ser constante e de caráter permanente:

Área	Número de Acidentes			
	2013		2012	
	Com Afastamento	Sem Afastamento	Com afastamento	Sem Afastamento
Operacional	3	0	0	0
Comercial	0	0	1	0
Administrativa	0	0	0	0
Total Ano:	3	0	1	0
Índice TF (Taxa Frequência)	10,47		3,64	
Índice TG (Taxa Gravidade)	359,59		218,38	

11. Estrutura de Tomada de Decisões e Canais de Comunicação

A Cooperluz dentro da sua estrutura de governança corporativa e cooperativa possui instâncias de tomada de decisão e de compartilhamento das informações, os quais são canais de comunicação com seus associados, associadas e colaboradores na busca da participação na gestão, entre as quais destacamos:



Assembléia Geral Ordinária

Realizamos na data de 26/03/2013 a Assembléia Geral Ordinária com a participação de 325 associados, associadas e convidados, onde foi deliberado na forma da Lei 5764/71 a prestação de contas do exercício de 2012, o relatório da administração de 2012, parecer do conselho fiscal e relatório de opinião de auditoria, o plano de atividades para 2013 e a realização da eleição dos membros do Conselho Fiscal para o período de 2013;

Conselho de Administração

O Conselho de Administração é composto por 14 membros efetivos, sendo a Diretoria Executiva(3) e mais 11 membros e seus suplentes, representando os municípios da área de atuação da cooperativa. O Conselho de Administração reúne-se uma vez a cada mês e seus membros participam também das duas reuniões semestrais com os representantes dos núcleos e nas reuniões dos núcleos nos municípios;

Conselho Fiscal

O Conselho Fiscal é composto de 3 membros titulares e seus suplentes, o qual se reúnem duas vezes ao mês e seus membros também participam das reuniões com os representantes dos núcleos e das reuniões do núcleo em suas comunidades. Ainda, o Conselho Fiscal tem contratado um assessor que auxilia e orienta os trabalhos de acompanhamento e verificação.

Audidores Independentes

A Cooperluz tem contratado os serviços de auditoria independente com a empresa Dickel & Maffi – Auditoria e Consultoria, os quais são responsáveis por realizar testes e exames em conformidade as normas de auditoria e ao final do exercício emitir opinião sobre a posição patrimonial, econômica e financeira da cooperativa.

Representantes dos Núcleos

Em julho/2013 e dezembro/2013, na forma do Estatuto Social reunimos os Representantes (coordenadores e secretários) dos 27 (vinte e sete) Núcleos constituídos da Cooperluz, mais a Diretoria Executiva, os Conselheiros (titulares e suplentes) Administrativos e Fiscais, para tomar conhecimento e analisar os resultados econômicos e financeiros, a evolução de alguns indicadores, os investimentos realizados no sistema de distribuição(redes), os trabalhos e demandas da cooperativa nas áreas de distribuição, comercial e administrativa.

Reuniões nos núcleos

Em 2013 realizamos 27 (vinte e sete) reuniões nas localidades (interior) onde estão constituídos os núcleos da Cooperluz, com a participação da Presidência, dos Conselheiros Administrativos e Fiscais do município, dos representantes dos núcleos, associados e associadas. Nestas reuniões que antecede a Assembléia Geral de cada ano, é apresentado o Balanço Patrimonial, a análise da evolução econômica e financeira da Cooperluz, os investimentos realizados e as principais atividades desenvolvidas nas áreas comerciais, de distribuição de energia e programa de cooperativismo nas escolas. As reuniões nos núcleos proporcionam um canal direto do associado com a cooperativa e a Direção, oportunizando aos associados a participação efetiva, podendo opinar, trazendo seus anseios, suas expectativas e também avaliando a evolução da cooperativa e seus resultados.



COOPERLUZ – Cooperativa Distribuidora de Energia Fronteira Noroeste
CNPJ: 95.824.322/0001-61

Diretoria Executiva e Coordenação Técnica – Comercial – Contábil

A Diretoria Executiva reúne-se em conjunto com os Coordenadores das áreas Técnica, engenharia, comercial, contábil/financeira sendo um espaço para a socialização das informações, análises de metas, objetivos, organização de trabalhos e mesmo procedimentos.

Página Eletrônica/Site Cooperluz

Através da página virtual/eletrônica da Cooperluz no endereço eletrônico: <http://www.cooperluz.com.br>, disponibilizamos uma série de informações sobre a cooperativa, sua história, estrutura organizacional, informações econômicas e financeiras, além de informações dos direitos e deveres do nosso cooperado referente aos serviços de distribuição de energia. Também disponibilizamos as tarifas aplicáveis, padrões técnicos, notícias de interesse e uma série de dicas de economia e de segurança, além de acesso a agência virtual que permite ao associado tomar conhecimento prévio da sua conta de energia, histórico de consumo, segunda via e informações referente as interrupções de energia programadas por município e localidade, ou por equipamento.

12. Princípios Norteadores

A Cooperluz, como sociedade de pessoas e como permissionária do serviço público de distribuição de energia elétrica tem como objetivo principal a prestação de serviços aos seus associados(as) e como postura estratégica ser referência regional em distribuição de energia elétrica, e ser reconhecida pela qualidade dos seus serviços, como também, a cooperativa e a energia elétrica como agente e fator de desenvolvimento regional. Nas suas ações e interações com seus associados, colaboradores, fornecedores, mercado, órgão regulador, órgãos públicos e a comunidade em geral, temos como princípios e valores norteadores em nossas interações, a ética, a transparência, a valorização e a participação de nosso associado.

Visão: Ser referência regional em distribuição de energia elétrica e cooperativismo.

Missão: Distribuir energia elétrica com qualidade para o bem estar dos associados, colaboradores e comunidade.

Princípios e Valores: Ética, Valorização do associado e colaborador, Participação, Meio ambiente e Desenvolvimento regional.

13. Programas - Educacional, Ambiental, Eficiência Energética e Cultural Informativo Cooperluz

Em 2013 elaboramos o “Informativo Cooperluz”, com tiragem de 8 mil exemplares que distribuimos e circulamos a todos os associados e associadas da Cooperluz. As matérias publicadas levam as ações e trabalhos que estão sendo implementados pela cooperativa nas áreas da Administração, Comercial, de distribuição de energia, ainda são veiculadas matérias sobre segurança e cuidados com eletricidade, educação ambiental, novas tecnologias com ênfase em produção orgânica.

Programa de Cooperativismo nas Escolas

Em 2013 marcou os 20 anos do PCE-Programa de Cooperativismo nas Escolas, programa que apoia a educação cooperativista para a solidariedade e Cidadania, elaborado e coordenado pelo Departamento de Educação e Comunicação da Cooperluz, em parceria com Prefeituras, Cooperativas, Sindicatos Urbanos e Rurais.



COOPERLUZ – Cooperativa Distribuidora de Energia Fronteira Noroeste

CNPJ: 95.824.322/0001-61

O Programa trabalha sob três eixos: 1) Cooperação: Vida e Empreendimento; 2) Economia Solidária e; 3) Ecologia e Agroecologia: Educação para Consumo Consciente.

Em 2013, o Programa foi desenvolvido em dez municípios da região fronteira noroeste do RS na área de atuação da Cooperluz, envolvendo 13 escolas, professores e 671 alunos das 6ª à 8ª séries, tendo sido abordado os seguintes temas: a) 6ª Série: - Cooperar é Legal: Princípios, valores e a Cooperação no núcleo familiar, comunidade, Escola e Município; b) 7ª Série: – Liderança e Criação da cooperativa não formal; - Economia Solidária e Produção e Consumo Consciente; c) 8ª Série: - Nossa Cooperativa: Nossa responsabilidade com o Mundo.

Atividades de Educação Ambiental

Em 2013, na área de abrangência da Cooperluz propiciamos a comunidade regional palestras na semana do meio ambiente com a distribuição de 1.850 mudas de árvores nativas. Ainda, através de convênios com as Prefeituras de Senador Salgado Filho, Campina das Missões e Candido Godoi fizemos a doação de 3.100 mudas de árvores nativas para recuperação de nascentes, áreas de APP (Área de Preservação Permanente) e recuperação de áreas de matas ciliares. Também doamos 1.000 mudas de árvores nativas como forma de ações compensatórias do manejo anual.

PEE – Programa de Eficiência Energética

Na forma da Resolução nº 300/2008 da Aneel – Agência Nacional de Energia Elétrica que define a obrigatoriedade das empresas distribuidoras de energia elétrica a investir 0,5% do seu faturamento em PEE - Programa de Eficiência Energética, que visa o uso racional da energia elétrica e melhorar o desempenho de equipamentos nas unidades consumidoras da classe Residencial Baixa Renda e ou consumidores de baixo poder aquisitivo.

Em 2013, para o cumprimento da regra, contratamos empresa especializada para auxiliar na elaboração e encaminhamento do projeto de PEE junto ao órgão regulador. No programa implementado, foram beneficiadas 298 unidades consumidoras, sendo 100 da classe Residencial Baixa Renda, 50 da classe Residencial, 147 da classe Rural e 1 da classe comercial dos municípios de Santa Rosa, Campina das Missões, Candido Godoi e Senador Salgado Filho. Nesta etapa, investimos com recursos do programa cerca de 162 mil reais e distribuímos: 1.132 lâmpadas LED, 21 Kits de padrão de entrada, 35 geladeiras e 9 equipamentos para aquecimento de água por energia solar, também foram confeccionados 8 mil cartilhas sobre o uso racional da energia, dicas de economia e de segurança, os quais foram entregues aos associados e beneficiados pelo programa.

Incentivo a Projetos do Pró-Cultura – RS

A Cooperluz em 2013, na forma da Lei 13490/10 de Apoio e Fomento as Atividades Culturais(Pró-Cultura/RS) destinou parte dos recursos do ICMS (Imposto de Circulação de Mercadorias e Serviços) para patrocinar eventos culturais na região:

- i) 6ª Novemberfest de Santo Cristo/RS; ii) 103 Anos de Imigração Russa em Campina das Missões;
- iii) Festival a Voz da Melhor Idade -1ª Edição.



COOPERLUZ – Cooperativa Distribuidora de Energia Fronteira Noroeste
CNPJ: 95.824.322/0001-61

Finalizando, queremos expressar nosso agradecimento aos membros da Diretoria Executiva, aos Conselheiros Administrativos e fiscal, representantes e lideranças dos núcleos pela efetiva participação nas reuniões, encontros e nas decisões e encaminhamentos do dia á dia da cooperativa durante o ano que ora finda. Nosso agradecimento ao quadro funcional pelo seu trabalho, esforço e dedicação. Agradecemos em especial a todo o quadro social que é a essencia e a finalidade da Cooperluz, muito obrigado.

Santa Rosa/RS, 19 de Março de 2014.

Conselho de Administração

Cooperluz – Cooperativa Distribuidora de Energia Fronteira Noroeste

Presidente:	Querino Volkmer
Vice-Presidente:	Vicente Czcza
Secretário:	Paulo Kreutz

Conselheiros Efetivos:	Conselheiros Suplentes:
Eliseu Luis Stein	Ignacio Heleno Hahn
Leomar Jose Becker	José Danilo Drus
Miguel Kessler	Valdemar Weiss
Vilmar Minnikel	Claudemir Kurschner
João Dogonski	Jair Robaldo Wolf
Afonso Kern	Auri Michelsen
Pedrinho Dewes	Claricio Perius
Jacó Pedro Horn	Diva Maria Ludwig Neis
Guido Fritzen	Casimiro Santinon
Hilário Miguel Schorr	Walderino Wieland
Pedro Ribeiro Prestes	Alcione Copetti



COOPERLUZ – Cooperativa Distribuidora de Energia Fronteira Noroeste
CNPJ: 95.824.322/0001-61

Anexo - Balanço Social

1. Base de Cálculo		2013		2012	
Receita Líquida (RL) R\$ mil		20.592,78		17.134,72	
Resultado Operacional (RO) R\$ mil		3.521,32		3.273,53	
Folha de Pagamento Bruta (FPB) - R\$ mil		5.280,52		4.643,86	

2. Indicadores Sociais Internos		2013		2012	
		% S/FPB	%S/RL	% S/FPB	%S/RL
Alimentação - R\$ mil	181,98	3,45	0,88	159,04	3,42
Encargos Sociais Compulsórios - R\$ mil	1.441,42	27,30	7,00	1.285,14	27,67
Previdência Privada- R\$ mil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Medicina e Segurança- R\$ mil	111,31	2,11	0,54	94,79	2,04
Saúde- R\$ mil	54,43	1,03	0,26	17,75	0,38
Educação - R\$ mil	15,17	0,29	0,07	10,33	0,22
Capacitação Profissional - R\$ mil	25,86	0,49	0,13	49,82	1,07
Outros - R\$ mil	43,02	0,81	0,21	42,59	0,92
Total Indicadores Sociais Internos	1.873,19	35,47	9,10	1.659,46	35,73

3. Indicadores Sociais Externos		2013		2012	
		% S/FPB	%S/RL	% S/FPB	%S/RL
Educação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Saúde e Saneamento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Cultura	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Esporte	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros - convênios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Tributos e Taxas (excluídos Encargos Sociais) - R\$ mil	2.912,33	55,15	14,14	3.798,76	81,80
Total Indicadores Sociais Externos - R\$ mil	2.912,33	55,15	14,14	3.798,76	81,80

4. Indicadores Ambientais		2013		2012	
		% S/FPB	%S/RL	% S/FPB	%S/RL
Investimentos relacionados com a produção e operação da empresa	7,55	0,14	0,04	6,06	0,13
Investimentos em programas e/ou projetos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

5. Indicadores do Corpo Funcional		2013		2012	
Nº de Funcionários no Final do Período		119		118	
Nº de admissões durante o período		22		24	
Nº de empregados Terceirizados		26		4	
Nº de Estagiários		0		2	
Nº Empregados em Programas de Aprendiziz		6		5	
Escolaridade dos Empregados:					
Pós Graduação		3		2	
Superior		7		8	
Ensino Médio		59		56	
Fundamental		50		52	
Faixa Etária dos Empregados:					
Abaixo de 30 anos		40		37	
De 31 a 40 anos		36		38	
De 41 a 50 anos		32		29	
Acima de 50 anos		32		14	
Mulheres que trabalham na empresa		14		12	
Negros que trabalham na empresa		7		7	
Funcionários Com Deficiência		1		1	
Ações Trabalhistas movidas contra empresa		6		3	

6. Informações Relevantes-Cidadania Empresarial		2013		2012	
Relação entre a maior e menor remuneração na empresa		8,88		8,62	
Número Total de Acidentes de trabalho		3		1	
A previdência Privada contempla		não possui		não possui	
Participação nas sobras ou resultado		não possui		não possui	
Os padrões de segurança e salubridade no ambiente de trabalho foram definidos:		Todos + CIPA		Todos + CIPA	
Quanto à liderança sindical, ao direito de negociação coletiva e a representação interna dos trabalhadores a empresa:		Segue as normas da legislação		Segue as normas da legislação	
Quanto à participação de empregados em trabalhos voluntários, a empresa		Apoia		Apoia	
Na seleção de fornecedores os mesmos padrões éticos e de responsabilidade social e ambiental adotados na empresa		são sugeridos		são sugeridos	
Nº total de reclamações e críticas de consumidores(as):		Nº Reclamações	% Solucionadas	Nº Reclamações	% Solucionadas
Na empresa		3.967	100	4.447	100
No PROCON		1	100	2	100
Na Justiça		2	0	6	0
Distribuição do Valor Adicionado		12.225,66		12.407,12	
Pessoal		39,89		34,07	
Governo		32,93		39,02	
Financiadores		2,65		2,71	
Associados		24,53		24,20	

7. Outras Informações
Para esclarecimento das informações: 55 3511-9500. Informações não examinadas pelos auditores independentes.



COOPERLUZ – Cooperativa Distribuidora de Energia Fronteira Noroeste
CNPJ: 95.824.322/0001-61

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS 2013



COOPERLUZ – Cooperativa Distribuidora de Energia Fronteira Noroeste
CNPJ: 95.824.322/0001-61

BALANÇO PATRIMONIAL

ATIVO		Em R\$: 2013	Em R\$: 2012
CIRCULANTE	Nota:	9.933.510,91	9.640.653,52
Caixa e Equivalentes de Caixa	5	5.632.571,20	5.995.294,13
Associados, Consumidores, Permissionárias	6	2.490.618,35	2.915.719,80
(-) Provisão P/Créditos Liquidação Duvidosa	7	(9.894,31)	(7.998,23)
Tributos e Contribuições Sociais - Compensáveis	8	346.582,69	217.110,73
Devedores Diversos	9	867.349,94	127.985,75
Estoque	10	354.605,50	315.807,60
Outros	11	251.677,54	76.733,74
NÃO CIRCULANTE		24.617.128,15	21.557.406,50
REALIZAVEL LONGO PRAZO		1.218.273,36	818.438,13
Tributos e Contribuições Sociais - Compensáveis	8	565.924,68	344.586,36
Depósitos Vinculados a Litígios	23	391.192,70	376.237,40
Bens e Direitos destinados a Alienação		-	3.584,95
Ativo Financeiro Indenizável	12	254.475,98	94.029,42
Outros	11	6.680,00	-
INVESTIMENTOS		441.519,87	417.127,25
Outros Investimentos	13	441.519,87	417.127,25
IMOBILIZADO		1.963.127,08	2.153.429,61
Em curso	14	1.963.127,08	2.153.429,61
INTANGÍVEL	15c	20.994.207,84	18.168.411,51
Direitos de Permissão- Infraestrutura em Serviço	15a	20.599.892,70	18.016.436,52
Outros - Em Serviço	15b	37.021,27	51.843,55
Direitos de Permissão - Em Curso	15c	357.293,87	100.131,44
TOTAL DO ATIVO		34.550.639,06	31.198.060,02
		2013	2012
PASSIVO E PATRIMÔNIO LIQUIDO			
CIRCULANTE	Nota:	1.905.252,55	1.523.940,59
Fornecedores	16	321.243,97	268.379,24
Folha Pagamento, retenções, Consignações	17	60.293,99	73.075,52
Tributos e Contribuições Sociais	18	435.131,65	226.670,19
Empréstimos e Financiamentos	19	59.188,67	59.188,68
Obrigações Estimadas	20	632.443,94	550.122,26
Credores Diversos	21	25.609,70	22.364,89
Taxas Regulamentares	22	371.340,63	324.139,81
NÃO CIRCULANTE		890.978,99	924.261,25
Empréstimos e Financiamentos	19	226.761,09	285.949,77
Provisões de contingências	23	289.321,60	275.453,45
Tributos e contribuições Sociais	23	374.896,30	362.858,03
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		31.754.407,52	28.749.858,18
Capital Social	25a	3.144.550,51	3.138.954,51
Reservas de Sobras	25b/d	26.118.268,12	22.576.922,48
Reserva de Reavaliação		1.833.725,00	2.233.151,87
Saldo a Disposição Assembleia	25e	657.863,89	800.829,32
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		34.550.639,06	31.198.060,02

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis.



COOPERLUZ – Cooperativa Distribuidora de Energia Fronteira Noroeste
CNPJ: 95.824.322/0001-61

DEMONSTRAÇÃO DE SOBRAS E OU PERDAS

	Nota:	2.013	2.012
Ingressos/Receita Operacional:		22.874.206,40	20.564.721,02
Fornecimento de Energia Elétrica	26	14.846.904,94	17.070.185,49
Disponibilização do Sistema de Distribuição		23.301,95	25.724,42
Outras Receitas Operacionais		2.531.327,65	23.547,83
Outras Receitas de Construção		5.472.671,86	3.445.263,28
Deduções dos Ingressos/Receita Operacional		(2.281.418,40)	(3.430.004,70)
ICMS		(1.569.404,22)	(1.747.315,68)
PIS Faturamento		(30.471,63)	(32.720,03)
COFINS		(140.699,07)	(151.015,55)
Quota para RGR		(30.217,40)	(320.004,10)
Programa de Eficiência Energética - PEE		(73.789,98)	(68.579,27)
CDE - Conta de Desenvolvimento Energético		(272.653,86)	(504.039,66)
CCC - Conta de Consumo de Combustível		(88.818,60)	(496.484,70)
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D		(75.363,64)	(68.653,57)
Ressarcimento ICMS aos Estados Ex-Isolados		-	(41.192,14)
Ingressos/Receita Operacional Líquida:		20.592.788,00	17.134.716,32
Dispêndio/Custo do Serviço de Energia Elétrica		(10.532.071,44)	(9.635.583,01)
Energia Elétrica Comprada para Revenda	27	(2.825.318,18)	(2.350.571,98)
Dispêndios/Custo de Operação	28	(7.706.753,26)	(7.285.011,03)
Pessoal		(4.253.204,45)	(3.797.211,02)
Material		(896.069,63)	(716.779,16)
Serviço de Terceiros		(862.736,65)	(713.868,73)
Depreciação e Amortização		(1.378.585,72)	(1.639.960,16)
Provisões e Reversões Líquidas		(5.000,00)	(37.000,00)
Outras		(311.156,81)	(380.191,96)
Sobra Operacional Bruta		10.060.716,56	7.499.133,31
Dispêndios/Despesas Operacionais	28	(7.100.390,05)	(4.848.767,83)
Dispêndios/Despesas com Vendas		(1.896,08)	1.699,71
Dispêndios/Despesas Gerais e Administrativas		(1.768.269,37)	(1.602.188,47)
Outros Dispêndios C/Construção		(5.472.671,86)	(3.445.263,28)
Outros Ingressos/Receitas Operacionais		510.729,21	393.006,62
Outros Dispêndios/Despesas Operacionais		(368.281,95)	(196.022,41)
Resultado do Serviço:		2.960.326,51	2.650.365,48
Ingressos/Receita (Dispêndios/despesas) financeira		560.996,05	623.166,68
Rendas de Aplicações Financeiras		435.318,33	502.704,05
Variação Monetária - Acrésc.Moratório-Energia Vendida		136.406,96	134.653,15
Resultado Participações Societárias		38.339,56	44.346,49
Encargos de Dívidas		(19.064,80)	(22.601,62)
Outros Ingressos/Dispêndios Financeiros		(30.004,00)	(35.935,39)
Resultado Operacional Antes Impostos:		3.521.322,56	3.273.532,16
Contribuição Social		(144.627,14)	(77.939,55)
Imposto de Renda		(377.742,08)	(192.498,76)
Sobras Líquidas do Exercício		2.998.953,34	3.003.093,85

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE E SOBRAS E OU PERDAS A DISPOSIÇÃO DA A.G.O

Descrição das Constas	31/12/2013			31/12/2012
	TOTAL	ASSOCIADOS	TERCEIROS	TOTAL
RECURSOS				
SOBRAS LIQUIDAS DO EXERCÍCIO:	2.998.953,34	2.263.794,03	735.159,31	3.003.093,85
DEMAIS RESULTADOS ABRANGENTES:				
Reversão Realização da Reserva Reavaliação	399.426,87	367.661,60	31.765,27	440.428,61
RESULTADO DO EXERCÍCIO ABRANGENTE:	3.398.380,21	2.631.455,63	766.924,58	3.443.522,46
DESTINAÇÕES ESTATUTÁRIAS	2.740.516,32	1.973.591,74	766.924,58	2.642.693,14
Fates Resultado Operações c/3º-Art.87- Lei 5764/71	766.924,58	0,00	766.924,58	240.205,13
Fundo de Reserva Legal - 10%	263.145,57	263.145,57	0,00	320.331,74
Fates - 5%	131.572,79	131.572,79	0,00	160.165,87
Fundo de Expansão e Manutenção - 60%	1.578.873,38	1.578.873,38	0,00	1.921.990,40
SALDO A DISPOSIÇÃO DA ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA	657.863,89	657.863,89	0,00	800.829,32



COOPERLUZ – Cooperativa Distribuidora de Energia Fronteira Noroeste
CNPJ: 95.824.322/0001-61

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - Método Indireto

Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais	2013	2012
Sobras Líquidas do Exercício	2.998.953,34	3.003.093,85
Ajustes as Sobras e ou Lucro Líquido		
Depreciação	1.580.897,36	1.709.975,43
Amortização Obrigações Especiais	(129.333,66)	-
Varição Monet.Ativa Depósitos Judiciais Trabalhista	(493,66)	(273,13)
Provisão de Contingência e Varição Monet.Passiva	26.619,02	43.974,69
Resultado Participação Soc Cooperativa capitalizada	(24.392,62)	(41.638,08)
Resultado Desativações e Baixa Imobilizado	16.166,81	88.942,84
Ajustes Variações das Contas de Ativo Operacional		
Associados Fornecimento Energia	406.620,95	(417.179,05)
Serviços Taxados e Participação Financeira	6.823,79	(10.790,13)
Creditos de Energia	11.656,71	(12.898,04)
Adiantamento a Fornecedores	(25.382,53)	-
Provisão Devedores Duvidosos	1.896,08	(1.699,71)
Crédito com Empregados	(24.575,08)	(15.277,26)
Impostos a Recuperar	(350.810,28)	(162.251,32)
Outros Créditos Realizáveis	(689.406,58)	(14.858,06)
Estoques	(38.797,90)	(53.893,16)
Ordens em Curso	(167.772,29)	(63.172,42)
Despesas Antecipadas	(13.851,51)	138,86
Bens Destinados a Alienação	-	(0,03)
Depósitos Judiciais	(2.423,37)	(7.110,50)
Ajustes Variações das Contas de Passivo Operacional		
Fornecedores	(71.160,64)	(103.155,30)
Folha de Pagamento - Retenções e outros	(12.781,53)	46.143,33
Obrigações Tributárias, Previdenciárias e Fiscais	33.928,85	(18.308,00)
Outros Débitos e Obrigações	3.244,81	3.982,21
Provisões Férias e Encargos	82.321,68	94.830,56
Provisão IRPJ	174.532,61	18.972,60
Encargos Setoriais	34.449,95	66.109,54
Caixa Líquido Gerado das Atividades Operacionais	3.826.930,31	4.153.659,72
	Fluxos de Caixa das Atividades de Investimento	
Recebimento da Venda do Imobilizado	333.119,11	92.054,17
Pagamento pela Compra de Bem para Imobilizado	(4.732.899,51)	(4.172.181,76)
Participação Financeira -Cooperados/consumidores	263.719,85	397.755,52
Caixa Líquido nas Atividades de Investimentos	(4.136.060,55)	(3.682.372,07)
	Fluxos de Caixa das Atividades de Financiamento	
Amortização de Empréstimos	(59.188,69)	(59.188,69)
Aumento de Capital pelos Sócios	5.596,00	4.354,00
Distribuição Sobras	-	(929.323,46)
Caixa Líquido nas Atividades de Financiamentos	(53.592,69)	(984.158,15)
Aumento Líquido ao Caixa e Equivalente de Caixa	(362.722,93)	(512.870,50)
Caixa e Equivalente de Caixa no início do período	5.995.294,13	6.508.164,63
Caixa e Equivalente de Caixa no fim do Período	5.632.571,20	5.995.294,13
Varição das Contas Caixa/Bancos/Equivalentes	(362.722,93)	(512.870,50)



COOPERLUZ – Cooperativa Distribuidora de Energia Fronteira Noroeste
CNPJ: 95.824.322/0001-61

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO

	31/12/2013		31/12/2012	
INGRESSOS/RECEITAS	19.013.362,30		18.330.332,84	
Receita de Operações c/Energia Elétrica	14.870.206,89		17.095.909,91	
(-) Provisão Créditos Liq. Duvidosa	-1.896,08		1.699,71	
Outros Ingressos e Receitas	2.756.985,97		23.547,83	
Outras Receitas/Despesas Operacionais	142.447,26		196.984,21	
Receitas relativas à construção de ativos próprios	1.245.618,26		1.012.191,18	
(-) INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS	5.946.196,80		4.897.510,54	
Energia Elétrica Comprada para Revenda	2.825.318,18		2.350.571,98	
Materiais, Serviços de Terceiros, Outros Dispêndios Operacionais	3.120.878,62		2.611.616,54	
(-) Mão Obra Própria alocada em serviços próprios	-		(64.677,98)	
(=) VALOR ADICIONADO BRUTO	13.067.165,50		13.432.822,30	
(-) Depreciação, Amortização	1.451.563,70		1.709.975,43	
(=) VALOR ADICIONADO LÍQUIDO GERADO PELA EMPRESA	11.615.601,80		11.722.846,87	
(+) VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERENCIA				
Ingressos e Receitas Financeiras	610.064,85		684.276,58	
(=) VALOR ADICIONADO A DISTRIBUIR	12.225.666,65	100%	12.407.123,45	100%
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	12.225.666,65	100%	12.407.123,45	100%
PESSOAL E ENCARGOS:	4.877.263,09	39,89%	4.227.706,41	34,07%
Remunerações	3.839.103,93	31,40%	3.358.720,92	27,07%
Honorários Diretoria	334.479,94	2,74%	306.853,34	2,47%
Encargos Sociais (exceto INSS)	415.103,88	3,40%	322.463,69	2,60%
Benefícios (vale transporte, alimentação, outros)	288.575,34	2,36%	239.668,46	1,93%
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES	4.025.621,42	32,93%	4.840.693,29	39,02%
Federais	2.416.354,19	19,76%	3.059.970,95	24,66%
INSS (sobre a folha de pagamento)	1.089.161,11	8,91%	1.021.462,66	8,23%
PIS Faturamento, PIS Folha e COFINS	208.893,01	1,71%	216.963,04	1,75%
IRPJ/CSLL	522.369,22	4,27%	270.438,31	2,18%
Encargos Setorias Energia Elétrica	540.843,48	4,42%	1.498.953,44	12,08%
Taxa Fiscalização Aneel	55.087,37	0,45%	52.153,50	0,42%
Estaduais	1.604.907,40	13,13%	1.776.656,18	14,32%
ICMS	1.569.404,22	12,84%	1.747.315,68	14,08%
IPVA	35.503,18	0,29%	29.340,50	0,24%
Municipais	4.359,83	0,04%	4.066,16	0,03%
IPTU	4.359,83	0,04%	4.066,16	0,03%
FINANCIADORES	323.828,80	2,65%	335.629,90	2,71%
Dispêndios e Despesas Financeiras	49.068,80	0,40%	61.109,90	0,49%
Aluguéis e Arrendamentos	274.760,00	2,25%	274.520,00	2,21%
SOBRA LÍQUIDA EXERCÍCIO	2.998.953,34	24,53%	3.003.093,85	24,20%

**COOPERLUZ – Cooperativa Distribuidora de Energia Fronteira Noroeste**

CNPJ: 95.824.322/0001-61

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

CONTAS	CAPITAL SOCIAL	RESERVA LEGAL	RATES	RESERVA EXPANSÃO MANUTENÇÃO	RESERVA DE EQUALIZAÇÃO	RESERVA DE REAVALIAÇÃO	SOBRAS OU PERDAS A.G.O	TOTAL
Saldos em 31/12/2011	3.134.600,51	5.607.775,61	1.590.368,82	7.296.452,30	5.439.632,61	2.673.580,48	929.323,46	26.671.733,79
DELIBERAÇÕES DA AGO-30/03/2012								
Distribuição de Sobras cfe. AGO		-					(929.323,46)	(929.323,46)
EVENTOS DO EXERCICIO								
Integralização	4.354,00							4.354,00
Transferência de Subscrição entre sócios	49.207,70							49.207,70
Transferência de Subscrição entre sócios	(49.207,70)							(49.207,70)
SOBRA LÍQUIDA DO EXERCÍCIO:							3.003.093,85	3.003.093,85
DEMAIS RESULTADOS ABRANGENTES:								
FATES aplicado								-
Realização Reserva Reavaliação						(299.118,97)	299.118,97	-
Baixa Bens Reavaliados						(141.309,64)	141.309,64	-
DESTINAÇÕES:								-
FATES-Lucro Terceiros			240.205,13				(240.205,13)	-
FATES-5%			160.165,87				(160.165,87)	-
Reserva Legal - 10%		320.331,74					(320.331,74)	-
Fundo de Expansão e Manutenção-60%				1.921.990,40			(1.921.990,40)	-
Saldos em 31/12/2012	3.138.954,51	5.928.107,35	1.990.739,82	9.218.442,70	5.439.632,61	2.233.151,87	800.829,32	28.749.858,18
DELIBERAÇÕES DA AGO-26/03/2013								
Distribuição de Sobras cfe. AGO		800.829,32					(800.829,32)	-
EVENTOS DO EXERCICIO								
Integralização	5.596,00							5.596,00
Transferência de Subscrição entre sócios	70.203,44							70.203,44
Transferência de Subscrição entre sócios	(70.203,44)							(70.203,44)
SOBRA LÍQUIDA DO EXERCÍCIO:							2.998.953,34	2.998.953,34
DEMAIS RESULTADOS ABRANGENTES:								
FATES aplicado								-
Realização Reserva Reavaliação						(219.828,79)	219.828,79	-
Baixa Bens Reavaliados						(179.598,08)	179.598,08	-
DESTINAÇÕES:								-
FATES-Lucro Terceiros			766.924,58				(766.924,58)	-
FATES-5%			131.572,79				(131.572,79)	-
Reserva Legal - 10%		263.145,57					(263.145,57)	-
Fundo de Expansão e Manutenção-60%				1.578.873,38			(1.578.873,38)	-
Saldos em 31/12/2013	3.144.550,51	6.992.082,24	2.889.237,19	10.797.316,08	5.439.632,61	1.833.725,00	657.863,89	31.754.407,52



COOPERLUZ – Cooperativa Distribuidora de Energia Fronteira Noroeste

CNPJ: 95.824.322/0001-61

Demonstrações Contábeis levantadas em 31/12/2013

NOTAS EXPLICATIVAS

Nota 01 – Contexto Operacional

A COOPERLUZ - Cooperativa Distribuidora de Energia Fronteira Noroeste é uma sociedade de pessoas, de natureza civil, com sede na cidade de Santa Rosa/RS, fundada em 05/12/1970, regida pela Lei nº 5.764 de 16 de dezembro de 1971, que regulamenta o sistema cooperativista no país e tem como finalidade a prestação de serviços aos seus 15.552 associados. A Cooperativa atua no ramo de infraestrutura e tem como objetivo social principal, adquirir energia elétrica e distribuir aos seus associados em 15 municípios, conforme definido em seu estatuto social. A atividade de distribuição de energia elétrica sob a forma de permissão consiste nas atividades de aquisição da energia, a distribuição, a comercialização, a manutenção de redes e equipamentos e a administração. Complementando estas atividades, a cooperativa possui uma estrutura de apoio operacional composta de oficina de reparo de transformadores e medidores, oficina mecânica e fábrica de postes, além de construir as próprias redes de energia elétrica.

Nota 02 – Contrato de Permissão

O contrato de permissão para prestação do serviço público de distribuição de energia elétrica nº 032/2010, firmado no dia 31 de maio de 2010 entre a Cooperluz - Cooperativa Distribuidora de Energia Fronteira Noroeste e a ANEEL – Agência Nacional de Energia Elétrica, tem prazo de permissão de 30 (trinta) anos, com possibilidade de prorrogação por mais 30 anos, a critério do Poder Concedente.

(ii) De acordo com o estabelecido no Contrato de Permissão do serviço público de distribuição de energia elétrica, as tarifas são reajustadas anualmente no mês de junho e revisadas a cada 4 anos. Tanto os reajustes como as revisões possuem critérios e metodologias próprias, às quais são definidas pelo órgão regulador ANEEL – Agência Nacional de Energia Elétrica. A ANEEL estabelece uma tarifa diferente para cada agente (concessão ou permissão) de distribuição de energia em função das particularidades de cada distribuidora e o seu mercado.

As tarifas de energia elétrica devem permitir ao agente uma receita/faturamento suficiente para cobrir seus custos operacionais eficientes, remunerar os investimentos realizados, permitindo sua expansão e o equilíbrio econômico e financeiro da permissão. O Contrato também prevê que a permissionária deve ter estrutura apropriada e condizente com seu mercado, distribuindo uma energia dentro dos padrões técnicos definidos.

A receita requerida anual representa a receita necessária para as distribuidoras manterem o equilíbrio econômico-financeiro sendo segregada em duas parcelas para fins de sua determinação:

Parcela A: Compreende os custos “não gerenciáveis” das distribuidoras, custos que a distribuidora não tem gerência ou influência sobre os mesmos:

- Compra de Energia elétrica para revenda – da atual supridora;
- Encargos de Uso do Sistema de distribuição;
- Encargos Setoriais:
 - CDE – Conta de Desenvolvimento Energético;
 - TFSEE - Taxa de Fiscalização do Setor Elétrico;
 - PROINFA – Programa de Incentivo as Fontes Alternativas de Energia;



COOPERLUZ – Cooperativa Distribuidora de Energia Fronteira Noroeste

CNPJ: 95.824.322/0001-61

- PEE – Programa de Eficiência de Energia Elétrica;
- P&D – Programa de Pesquisa e Desenvolvimento.

Parcela B: Compreende os custos “gerenciáveis”, são os custos inerentes às operações de distribuição de energia, e estão sujeitos ao controle ou influência das práticas de gestão adotadas pela permissionária:

- Custo de Administração, Operação e Manutenção (O&M);
- Custo Anual dos Ativos: Composto dos Custos Anual dos Ativos Móveis e Imóveis, Quota de Reintegração (Depreciação dos ativos) e Remuneração adequada do capital;
- Receitas irre recuperáveis (inadimplência regulatória).

Em 2013, pela Lei 12783/2013 e Decreto 7891/13 a ANEEL - Agência Nacional de Energia Elétrica procedeu junto às concessionárias e permissionárias distribuidoras de energia elétrica a Revisão Tarifária Extraordinária, que resultou na redução nas tarifas.

A redução nas tarifas foi estrutural e foi possível pela retirada e diminuição dos encargos setoriais, retirada de subsídios na estrutura da tarifa, antes suportado pelo próprio mercado e a partir da publicação da lei com aportes do tesouro nacional, além de alocação de cotas de energia e redução do preço médio das usinas que tiveram suas concessões renovadas. Pela RTE, realizada em Abril/2013 as tarifas de energia da cooperativa tiveram uma redução significativa e linear de 32,74%. As novas tarifas contemplando esta redução foram estabelecidas pela Resolução Homologatória nº 1495/2013 de 02/04/2013.

Ainda em Junho/2013, na forma do Contrato de Permissão, a Cooperluz passou pela 1ª RTP – Revisão Tarifária Periódica, quando a Agência Nacional de Energia Elétrica- Aneel, através da Resolução Homologatória nº 1548 de 25/06/13 aprovou uma reposição média nas tarifas de 22,22%;

A Cooperluz interpôs pedido de reconsideração junto a Aneel, no entendimento que os cálculos apresentados não estavam de acordo e tínhamos clareza que representaria uma redução significativa no índice de reposicionamento apresentado. Também foi pleiteado uma melhoria nos índices de remuneração do capital investido, além de melhoria nos custos de alugueis de móveis e imóveis, além de outros pedidos.

A Aneel reconheceu parcialmente o mérito do pedido de reconsideração e definiu pela Resolução Homologatória nº 1614 de 05/09/13 que o índice de reposicionamento tarifário para a Cooperluz fosse reduzido para 12,95%, retroativo a 30/06/2013 e vigente até 29/06/2014.

Pela metodologia da 1ª Revisão Tarifária Periódica das Permissionárias do Serviço Público de Distribuição de Energia Elétrica, com fundamento na Nota Técnica 250/2013 SRE/Aneel de 20/06/2013 e Resolução 1614 de 05/09/2013 os resultados homologados e discriminados nos quadros abaixo da BRR – Base de Remuneração Regulatória, os montantes de Parcela “A” e montantes da Parcela “B”, serão válidos e servem de parâmetro para o cálculo dos próximos reajustes anuais durante todo o ciclo da 1ª RTP compreendido de Junho/2014 á Maio/2016:



COOPERLUZ – Cooperativa Distribuidora de Energia Fronteira Noroeste

CNPJ: 95.824.322/0001-61

BASE DE REMUNERAÇÃO REGULATÓRIA

Descrição	Valores
(1) VNR MEDIDORES	1.759.600,82
(2) VNR REDES DE DISTRIBUIÇÃO - CONDUTORES	28.766.048,74
(3) VNR REDES DE DISTRIBUIÇÃO - ESTRUTURAS	27.137.976,71
(4) VNR REDES DE DISTRIBUIÇÃO - EQUIPAMENTOS	19.396.071,60
(5) VNR LINHAS DE DISTRIBUIÇÃO - CONDUTORES	0,00
(6) VNR LINHAS DE DISTRIBUIÇÃO - ESTRUTURAS	0,00
(7) VNR SUBESTAÇÕES - EQUIPAMENTOS	464.869,36
(8) VNR SUBESTAÇÕES - TERRENOS	20.919,12
(9) VNR SUBESTAÇÕES - EDIFICAÇÕES	18.594,77
(10) VNR MÓVEIS E IMÓVEIS ADMINISTRATIVOS	3.092.154,44
(11) VNR - TOTAL	80.656.235,57

Descrição	Valores
(1) Ativo Imobilizado em Serviço (Valor Novo de Reposição)	77.543.162,01
(2) Obrigações Especiais Bruta	3.190.226,61
(3) Bens Totalmente Depreciados	2.776.893,87
(4) Base de Remuneração Bruta = (1)-(2)-(3)	71.576.041,53
(5) Depreciação Acumulada	27.339.551,78
(6) Valor da Base de Remuneração (VBR)	50.203.610,23
(7) Obrigações Especiais Líquida	3.190.226,61
(8) Terrenos e Servidões	20.919,12
(9) Almojarifado em Operação	232.629,49
(10) Base de Remuneração Líquida Total = (1)-(5)-(7)+(8)+(9)	47.266.932,22
(11) Taxa de Depreciação	4%
(12) Quota de Reintegração Regulatória	2.863.041,66
(13) Remuneração de Capital (RC) = BRR líq x WACC	1.781.963,34

Referência para Custos Operacionais (OPEX)	Valores
Total de km de rede (linhas e redes de distribuição)	4.110,51

Fonte: Nota Técnica SRE/Aneel nº 250/13 - 20/06/13.

Os montantes homologados pela Aneel da Parcela A - Custos não gerenciáveis e que foram definidos na 1ª RTP são os que seguem abaixo:

Composição da Parcela A

1) Encargos Setoriais	628.969,93
TFSEE	51.298,92
CDE - Conta Desenv Energético	142.859,87
PROINFA	272.863,36
P&D-PEE	161.947,78
2) Custo Energia	1.421.487,61
3) Custo Transporte Energia	1.296.411,55
4) (=)Valor da Parcela A (4=1+2+3)	3.346.869,09

A composição da Parcela B - Custos Gerenciáveis foram definidos pela 1ª RTP nos valores abaixo:



COOPERLUZ – Cooperativa Distribuidora de Energia Fronteira Noroeste
CNPJ: 95.824.322/0001-61

Composição da Parcela B

Custo Anual das Instalações Móveis e Imóveis (CAIMI)	493.887,74
Remuneração do Capital	1.781.174,69
Quota de Reintegração	2.863.041,66
5) Custo Anual dos Ativos	5.138.104,09
6) Custo de Administração, Operação e Manutenção	8.161.535,13
7) (=) Valor da Parcela B (7=5+6)	13.299.639,22
8) Fator X - Ajuste de Mercado	1,15%
9) Valor da Parcela B Ajustada 9=7 X(-8)	13.156.144,76
10) Outras Receitas	3.428,29
11) Receita Requerida= 4+(9 -10)	16.499.585,56

Nota 03 – Apresentação das Demonstrações Contábeis

(i) As demonstrações contábeis estão sendo apresentadas em Reais (R\$) e foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 06 de fevereiro de 2014 e pelo Conselho Fiscal no dia 07 de fevereiro de 2014.

(ii) As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas e pronunciamentos de contabilidade emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC na forma da NBC TG 1000 (Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas), aprovada pela Resolução 1.255/2009 do Conselho Federal de Contabilidade. Tais demonstrações contábeis ainda estão de acordo com a legislação fiscal e comercial em vigor e a Lei nº 5.764/1971 que trata das sociedades cooperativas, além de atender a legislação do setor elétrico e orientações contidas no MCSE – Manual de Contabilidade do Setor Elétrico da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL.

(iii) A preparação das demonstrações contábeis requer que a administração utilize estimativas e premissas que afetem os valores reportados de ativos e passivos, a divulgação de ativos e passivos contingentes na data das demonstrações contábeis, bem como os valores reconhecidos de receitas e despesas durante o exercício. Os resultados reais podem ser diferentes dessas estimativas.

Nota 04 – Sumário das Principais Práticas Contábeis

(a) Moeda Funcional

A moeda funcional da entidade é o Real (R\$).

(b) Caixa e Equivalentes de Caixa

Os fluxos de caixa dos investimentos á curto prazo são demonstrados pelos valores líquidos (aplicações e resgates). As aplicações á curto prazo que possuem liquidez imediata e vencimento original em até 90 dias são consideradas como caixa e equivalentes. Os demais investimentos, com vencimentos superiores á 90 dias, são reconhecidos a valor justo e registrados em investimentos á curto prazo.

(c) Associados, Consumidores, Permissionárias

Engloba o fornecimento de energia faturada e estimativa da energia fornecida e não faturada até 31/12/2013 com base no regime de competência, registradas e mantidos no balanço patrimonial pelo valor nominal dos títulos representativos desses créditos, acrescidos das variações monetárias, quando aplicáveis, deduzidos de provisão para cobrir eventuais perdas na sua realização. A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída em montante considerado suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas estimadas na realização desses créditos. O valor



estimado da provisão para créditos de liquidação duvidosa pode ser modificado em função das expectativas da Administração com relação à possibilidade de se recuperar os valores envolvidos, assim como por mudanças na situação financeira dos Cooperados.

(d) Estoques

Os estoques estão registrados pelo custo médio de aquisição e demonstrados pelo menor valor entre o custo médio de aquisição ou produção e os valores de reposição ou realização. Quando aplicável, é constituída provisão para estoques obsoletos ou de baixa movimentação.

(e) Não Circulante

Os direitos realizáveis e as obrigações vencíveis após os 12 meses subsequentes à data das demonstrações contábeis são considerados como não circulantes.

(f) Imobilizado

O imobilizado está registrado ao custo (sendo os bens adquiridos no Brasil acrescidas das atualizações monetárias até 1995) e inclui os encargos financeiros incorridos durante o período de construção. Os bens são depreciados pelo método linear, com base nas vidas úteis estimadas.

(g) Intangível

Os ativos intangíveis correspondentes aos direitos de permissão são originados dos investimentos na infraestrutura (ICPC 01 – Contratos de Concessão) e corresponde ao direito que a permissionária possui de cobrar dos usuários pelo uso da infraestrutura no prazo de exploração contratualmente definido. (vide nota: 04-“i”). Estes ativos de infraestrutura, não podem ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa anuência da Aneel, a qual define que a desvinculação destes bens quando considerados inservíveis a permissão é concedido anuência prévia de alienação, desde que o objeto da alienação seja depositado em conta bancária vinculada para aplicação na permissão. A permissionária utiliza-se das taxas de amortização definidas pela Aneel, para determinar a vida útil econômica e estimada de cada bem, sendo reconhecida de forma linear dentro do prazo de permissão.

Os demais ativos intangíveis (softwares) são avaliados ao custo de aquisição, deduzido da amortização acumulada, com taxas também definidas pela Aneel e reconhecidas de forma linear.

(h) Redução ao Valor Recuperável de Ativos - Impairment

Na forma da NBC TG 01 – Redução ao Valor Recuperável dos Ativos, caso a entidade possua ativos avaliados por valores não recuperáveis ao longo de sua vida útil, deve reconhecer a desvalorização, mediante constituição para perdas.

Considerando que o contrato de permissão prevê que os valores dos ativos serão recuperados na tarifa, através da amortização/depreciação e ao final da permissão os bens remanescentes serão indenizados, o entendimento da Cooperluz é de que não há evidências de ativos cujos valores não serão recuperáveis.

(i) Obrigações Especiais

As obrigações especiais correspondem ao saldo de valores e ou bens recebidos da União, Estados e Municípios e de consumidores/associados, relativos a participações de sua responsabilidade em investimentos realizados no sistema elétrico da permissionária na forma da legislação e



COOPERLUZ – Cooperativa Distribuidora de Energia Fronteira Noroeste

CNPJ: 95.824.322/0001-61

regimentos do setor elétrico, conforme previsto na IC – Instrução Contábil 6.3.23 do MCSE – Manual de Contabilidade do Setor Elétrico.

(j) Benefícios a Empregados

Os pagamentos de benefícios tais como salário, férias vencidas ou proporcionais, bem como os respectivos encargos trabalhistas incidentes sobre estes benefícios, são reconhecidos mensalmente no resultado obedecendo-se o regime de competência.

(k) Valor Presente de Ativos e Passivos de Longo Prazo

Os ativos e passivos de longo prazo da Cooperativa são, quando aplicável, ajustados a valor presente utilizando taxas de desconto que refletem a melhor estimativa da Cooperativa.

(l) Empréstimos e Financiamentos

Os saldos de empréstimos e financiamentos incluem o valor principal, os juros, variações monetárias e demais encargos contratuais até a data de balanço.

(m) Provisão para Contingências

Os passivos contingentes são constituídos sempre que a perda for avaliada como provável o que ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança, levando em conta à opinião dos assessores jurídicos, à natureza das ações, similaridade com processos anteriores, complexidade e no posicionamento de tribunais. Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis não são reconhecidas contabilmente, sendo apenas divulgados nas demonstrações financeiras, e os classificados como remotos não requerem provisão e nem divulgação. Os depósitos judiciais são atualizados monetariamente e apresentados como dedução do valor do correspondente passivo constituído quando não houver possibilidade de resgate destes depósitos, a menos que ocorra desfecho favorável da questão para a entidade.

(n) Receitas e Despesas

A Cooperativa tem como prática a adoção do regime de competência para o registro das mutações patrimoniais ocorridas no exercício, assim como reconhecimento dos ingressos/receitas e dispêndios/despesas e custos, independentemente de seu efetivo recebimento ou pagamento.

(o) Receita não Faturada

Corresponde à receita de fornecimento de energia elétrica, entregue e não faturada ao associado/consumidor decorrente das diferentes datas de leitura. O Cálculo é efetuado com base em estimativa de consumo (kWh médio) entre a data da última leitura efetuada e o último dia do mês.

(p) Operações com Associados e Não Associados

As operações com não associados estão contabilizadas destacadamente de modo a permitir o cálculo e incidência de tributos.

Na forma do Decreto 7891/13, os montantes recebidos a título de subvenção econômica com recursos da CDE – Conta de Desenvolvimento Energético, foram considerados como ato não cooperativo e compõem a base de cálculo para fins de incidência de tributos na forma do Artigo 392 do RIR/99, deduzido da proporcionalidade dos custos, dispêndios e despesas operacionais em relação aos totais de ingressos e receitas operacionais. Os rendimentos de aplicações financeiras

**COOPERLUZ – Cooperativa Distribuidora de Energia Fronteira Noroeste**

CNPJ: 95.824.322/0001-61

estão contabilizados e demonstrados como operações com ato cooperativo e o resultado destas aplicações foram adicionadas ao LALUR (Livro de Apuração do Lucro Real) e oferecidas á tributação.

(q) RATES – Reserva Assistência Técnica Educacional e Social

Os dispêndios com Assistência Técnica, Educacional e Social caso realizados, são lançados como dispêndios do exercício, quando do encerramento do exercício é efetuada a reversão destes valores diretamente na conta de Sobras e ou Perdas conforme determina a Lei 5764/1971, a NBC T 10.8 – das sociedades cooperativas e o Estatuto Social em seu Artigo 50, inciso II. No exercício de 2013 não houve dispêndios desta natureza e por consequência não houve reversão.

(r) Realização da Reserva de Reavaliação

Os encargos de amortização/depreciação e o custo dos bens baixados dos bens reavaliados no Ativo Não Circulante foram contabilizados como dispêndios do exercício, totalizando R\$ 399.426,87, quando do encerramento do exercício foi efetuada a realização da Reserva de Reavaliação diretamente na conta de Sobras e ou Perdas do exercício na forma da legislação vigente.

Nota 05 – Caixa e Equivalentes de Caixa

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Caixa	7.233,83	6.299,89
Depósitos Bancários	424.346,43	683.768,55
Aplicações Financeiras de Liquidez Imediata	5.200.990,94	5.305.225,69
Total	5.632.571,20	5.995.294,13

Incluem os saldos de caixa, depósitos em bancos, certificados de depósitos bancários e aplicações financeiras, as quais foram efetuadas em Instituições que operam no mercado nacional, tendo como característica a liquidez imediata, o baixo risco, a remuneração equivalente na média a 99% do CDI – Certificado de Depósito Interbancário, com prazo de vencimento inferior a 360 dias.

				2.013	2.012
Nota 06 – Contas a Receber: Associados, consumidores, permissionárias					
	Saldos Vincendos	Saldos Vencidos até 90 dias	Saldos Vencidos mais de 90 dias	Total	
Associados Forn.Energia					
Residencial	152.775,55	43.831,07	1.355,24	197.961,86	230.960,85
Residencial Baixa Renda	5.571,35	2.848,59	11,52	8.431,46	0,00
Industrial	38.944,52	6.280,19	0,00	45.224,71	64.334,81
Comercial, Serv. Outras	142.426,45	29.296,46	6.928,30	178.651,21	192.870,37
Rural	953.193,91	208.777,64	3.804,65	1.165.776,20	1.408.434,27
Poder Público	33.502,56	1.678,29	0,00	35.180,85	41.887,10
Iluminação Pública	9.607,07	558,45	0,00	10.165,52	9.814,77
Serviço Público	60.499,82	13.244,75	0,00	73.744,57	110.614,16
Subtotal	1.396.521,23	306.515,44	12.099,71	1.715.136,38	2.058.916,33
Renda Não Faturada (a)	735.901,00	0,00	0,00	735.901,00	798.742,00
Total	2.132.422,23	306.515,44	12.099,71	2.451.037,38	2.857.658,33
Outros Créditos Energia					
Serviço Taxado	441,36	354,88	49,17	845,41	611,79
Participação Financeira	3.770,13	0,00	773,92	4.544,05	11.601,46
Acréscimo Moratório	3.603,19	3.969,18	147,87	7.720,24	16.818,27
Multas S/Energia	5.254,21	5.344,22	74,20	10.672,63	13.820,61
Parcelamentos	0,00	0,00	124,14	124,14	914,47

**COOPERLUZ – Cooperativa Distribuidora de Energia Fronteira Noroeste****CNPJ: 95.824.322/0001-61**

Convênios CIP/Outros	11.126,63	2.379,21	22,13	13.527,97	12.063,80
TUSD – G - Autorizadas	2.146,53	0,00	0,00	2.146,53	2.231,07
Subtotal	26.342,05	12.047,49	1.191,43	39.580,97	58.061,47
Total a Receber	2.158.764,28	318.562,93	13.291,14	2.490.618,35	2.915.719,80
(-) Provisão Créditos de Liq. Duvidosa	0,00		(9.894,31)	(9.894,31)	(7.998,23)
Total a Receber - Líquido	2.158.764,28	318.562,93	3.396,83	2.480.724,04	2.907.721,57

Os valores a receber são provenientes do fornecimento de energia elétrica aos associados da Cooperativa, incluso os impostos incidentes quando aplicável (ICMS e PIS/COFINS), bem como, outros créditos de energia a receber, todos registrados no ativo circulante.

a) Renda não Faturada

Na forma da Técnica de Funcionamento 7.2.174 do MCSE, o cálculo da energia fornecida e não faturada, consiste na mensuração por estimativa do consumo médio/dia de energia dos cooperados, do período compreendido entre o último registro de leitura até o último dia do mês da competência. Desta prática/cálculo, em 31/12/2013 está registrado no Balanço Patrimonial - Ativo – Circulante – Associados, Consumidores, Permissionárias e no Demonstrativo de Resultado (Sobras ou Perdas) – Fornecimento de Energia Elétrica a importância de R\$735.901,00 conforme demonstrado na Nota 06 - Associados Consumidores, Permissionárias e Nota 26 – Ingressos, Receitas Operacionais o montante de (R\$62.841,00).

Nota 07 – Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Saldo Inicial	(7.998,23)	(9.697,94)
Provisão Constituída	(12.691,57)	(12.926,20)
Reversões por Recebimento	5.511,75	6.700,25
Baixas de Contas Incobráveis	5.283,74	7.925,66
Total	(9.894,31)	(7.998,23)
Provisão CLD - Classe de Consumo	2013	2012
Residencial	(1.441,07)	(1.986,62)
Comercial	(7.482,37)	(4.647,89)
Rural	(970,87)	(1.363,72)
Total	(9.894,31)	(6.634,51)

A provisão para créditos de devedores duvidosos foi mensurada e reconhecida a partir da experiência da Administração da Cooperativa em relação ao histórico das perdas efetivas, considerando também os parâmetros recomendados pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL na forma da IC – Instrução Contábil – 6.3.2 do MCSE – Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, incluindo os créditos junto aos associados da classe de consumo residencial que apresentam débitos vencidos há mais de 90 dias; associados comerciais vencidos há mais de 180 dias e associados enquadrados como industriais e rurais vencidos há mais de 360 dias. O valor de R\$9.894,31 é considerado suficiente para cobrir eventuais perdas que possam ocorrer na realização financeira dos créditos a receber.



COOPERLUZ – Cooperativa Distribuidora de Energia Fronteira Noroeste
CNPJ: 95.824.322/0001-61

Nota 08 – Tributos e Contribuições Sociais a Compensar

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Ativo Circulante:		
ICMS a Recuperar	20.000,00	0,00
Contribuição Social a Recuperar	125,38	125,38
ICMS a Recuperar - Ativo Imobilizado	326.457,31	216.985,35
Total	346.582,69	217.110,73
Ativo Não Circulante:		
ICMS a Recuperar	565.924,68	344.586,36
Total	565.924,68	344.586,36

a) ICMS a Recuperar

Os valores de ICMS a recuperar referem-se a créditos decorrentes de aquisição de ativos imobilizados e ou intangíveis relacionados exclusivamente as atividades de distribuição e comercialização de energia, instituído pela Lei Complementar nº 87/1996, que serão recuperados mensalmente na razão de 1/48 conforme determina a Lei Complementar nº 102/2000.

Nota 9 – Devedores Diversos

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Adiantamento de Férias	125.286,84	106.347,72
Adiantamentos a Funcionários e outros	8.000,00	2.708,30
Empregados por conta salários	584,35	240,09
Adiantamento a Fornecedores -	25.382,53	0,00
Eletrobrás a Receber – DMR Recursos CDE	8.516,40	7.699,23
Eletrobrás a Receber – KITs - Res. 488/2012	24.534,00	0,00
Eletrobrás a Receber – CDE - Decreto 7891/13	673.466,43	0,00
Alienações de Bens e Direitos	0,00	400,00
Convênios de Arrecadação	416,69	9.012,44
Juros e Acréscimos s/Capital a integralizar	1.162,70	1.162,70
Cheques devolvidos a apresentar	0,00	415,27
Total	867.349,94	127.985,75

Nota 10 – Estoques (Manutenção, Uso e ou Consumo)

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Almoxarifado – Emergência	90.153,96	63.529,40
Uso e ou Consumo	120.549,24	120.004,74
Reposição Oficinas de Transf. e Medidores	67.294,10	69.653,67
Matéria Prima	73.323,54	58.641,36
Resíduos e Sucatas	3.284,66	3.978,43
Total	354.605,50	315.807,60

Os estoques de materiais para manutenção, uso e ou consumo são destinados à operação e manutenção das redes de distribuição de energia elétrica. O estoque de materiais – obras, destinados aos novos investimentos estão classificados no ativo imobilizado em curso - nota 15.

Nota 11 – Outros

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Ativo Circulante		
Desativações em Curso	1.106,00	106,88
Serviços Próprios em Curso	229.838,71	63.065,54
Despesas pagas Antecipadamente	20.732,83	13.561,32
Total	251.677,54	76.733,74



COOPERLUZ – Cooperativa Distribuidora de Energia Fronteira Noroeste
CNPJ: 95.824.322/0001-61

Ativo Não Circulante

Despesas pagas Antecipadamente	6.680,00	0,00
	6.680,00	0,00

Nota 12 – Ativo Financeiro Indenizável

	2013	2012
Terrenos	21.942,85	21.942,85
Edificações, Obras Civas e Benfeitorias	20,98	20,98
Máquinas e Equipamentos	232.512,15	72.065,59
Total	254.475,98	94.029,42

O Ativo Financeiro Indenizável corresponde á parcela dos bens e instalações que em função de sua vida útil, transcende o prazo de permissão, os quais não estarão amortizados ao final da permissão e na forma do Contrato o valor será objeto de indenização, caso não haver prorrogação.

Nota 13 – Investimentos Societários Avaliados pelo Custo de Aquisição

Atividades Não Vinculadas á permissão

	2013	2012
Ações CRT	30.062,19	30.062,19
Participações Fecoergs	549,87	549,87
Participação Sicredi	391.162,78	366.770,16
Participação Certhil	25,35	25,35
Participação Cresol	19.719,68	19.719,68
Total	441.519,87	417.127,25

Nota 14 – Imobilizado em Curso

	2013	2012
Material em Estoque – Obras	1.908.020,39	1.583.425,27
Maquinas e Equipamentos	55.106,69	5.404,34
Adiantamentos	0,00	564.600,00
Saldo	1.963.127,08	2.153.429,61

Nota 15 – Intangível

a) Direitos de Permissão - Infraestrutura de Distribuição em Serviço

		2013	2012
	Custo Corrigido	Amortização Acumulada	Valor Contábil
Em Serviço:			
Distribuição de Energia	38.209.021,64	(14.868.502,85)	23.340.518,79
Terrenos	3.717,19	0,00	3.717,19
Edificações	140.732,33	(41.969,43)	98.762,90
Máquinas e Equipamentos	36.042.897,82	(13.904.292,14)	22.138.605,68
Móveis e Utensílios	12.177,42	(5.039,17)	7.138,25
Veículos	2.009.496,88	(917.202,11)	1.092.294,77
Comercialização	134.520,14	(31.809,25)	102.710,89
Veículos	134.520,14	(31.809,25)	102.710,89
Administração	942.052,87	(336.664,13)	605.388,74
Edificações	363.563,12	(48.897,18)	314.665,94
Máquinas e Equipamentos	369.603,36	(159.417,44)	210.185,92
Móveis e Utensílios	95.288,47	(36.584,57)	58.703,90
Veículos	113.597,92	(91.764,94)	21.832,98
Total	39.285.594,65	(15.236.976,23)	24.048.618,42
			21.367.269,49

**COOPERLUZ – Cooperativa Distribuidora de Energia Fronteira Noroeste**

CNPJ: 95.824.322/0001-61

(-) Obrigações Especiais em Serviço	(3.448.725,72)	0,00	(3.448.725,72)	(3.350.832,97)
Infraestrutura de Distribuição em Serviço	35.836.868,93	-15.236.976,23	20.599.892,70	18.016.436,52

b) Intangível – Outros - em Serviço**2013****2012**

Em Serviço:	Valor Original	Amortização Acumulada	Valor Contábil	
Softwares de Gestão	242.801,91	(205.780,64)	37.021,27	51.843,55
Total	242.801,91	(205.780,64)	37.021,27	51.843,55

c) Intangível – Direitos de permissão em Curso

Em Curso:	2013	2012
Terrenos	2.300,00	2.300,00
Edificações, Obras Civas e Benfeitorias	23.070,12	21.643,14
Máquinas e Equipamentos	381.939,77	89.710,88
	407.309,89	113.654,02
(-) Obrigações Especiais em Curso	(50.016,02)	(13.522,58)
Total	357.293,87	100.131,44

d) Composição do Intangível**2013****2012**

	Valor Original	Amortização Acumulada	Valor Contábil	
Intangível – Direitos de Permissão	35.836.868,93	(15.236.976,23)	20.599.892,70	18.016.436,52
Intangível – Outros	242.801,91	(205.780,64)	37.021,27	51.843,55
Intangível em curso	357.293,87	0,00	357.293,87	100.131,44
Total	36.436.964,71	(15.442.756,87)	20.994.207,84	18.168.411,51

(i) Contrato de Concessão – ICPC 01: Com as alterações na legislação societária brasileira que desencadeou o processo de convergência das práticas contábeis adotadas no Brasil com aquelas constantes das normas internacionais de contabilidade (IAS e IFRS), e a regulamentação das cooperativas de eletrificação rural como permissionárias de serviço público de distribuição de energia elétrica na forma do contrato de permissão de maio/2010, buscamos nos adequar aos regramentos deste ambiente regulado e em decorrência da complexidade destas matérias, em 2011 implementamos o ICPC 01 – Contratos de Concessão. Esta interpretação define a forma de contabilização dos ativos de concessões e permissões quando atendidas determinadas condições: i) Controle e regulamentação de quais serviços devem ser prestados com a infraestrutura; ii) a quem os serviços devem ser prestados e o seu preço. O impacto nas Demonstrações Contábeis foi a transferência dos saldos do (a) Ativo Imobilizado e das Obrigações Especiais para o Ativo Intangível referente ao direito de cobrança de tarifa dos consumidores (direito de exploração da Permissão), e/ou (b) eventual registro de um Ativo Financeiro, representando um direito incondicional da Cooperativa de recebimento de caixa (indenização), mediante reversão dos ativos ao término da permissão. Desta prática, a permissionária deve reconhecer receitas e custos na forma da Seção 23 da NBC TG 1000 (Receitas) relativos à prestação de serviços de construções e melhorias na infraestrutura (serviços de construção e melhoria), desta forma, as receitas e os respectivos custos de construção (nota 26 e 28) estão sendo apresentados na demonstração de resultado do exercício nos mesmos montantes (R\$5.472.671,86).

**COOPERLUZ – Cooperativa Distribuidora de Energia Fronteira Noroeste**

CNPJ: 95.824.322/0001-61

ii) Conforme o Decreto nº 41.019/1957, os bens e instalações utilizados principalmente na infraestrutura de distribuição e comercialização de energia elétrica são vinculados a esses serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização da ANEEL.

iii) A Resolução nº 20/1999 da ANEEL, entretanto, regulamentou a desvinculação de bens das concessões do serviço público de energia elétrica, concedendo autorização prévia para desvinculação de bens inservíveis à concessão, quando destinados à alienação, determinando que o produto da alienação seja depositado em conta bancária vinculada para aplicação na concessão.

iv) As obrigações especiais vinculadas representam os recursos relativos à participação financeira do consumidor, das dotações orçamentárias da União, verbas federais, estaduais e municipais e de créditos especiais destinados aos investimentos aplicados nos empreendimentos vinculados à permissão e não são passivos onerosos, tampouco créditos dos cooperados. Para fins de atendimento a Instrução Contábil – IC 6.3.23 do Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica os valores das obrigações especiais estão demonstrados no Balanço Patrimonial como redutor do Ativo Imobilizado.

e) Composição das Obrigações Especiais

	2013			2012
Em serviço:	Valor Original	(-) Amortização	Saldo Obrigações	Saldo Obrigações
Participação da União, Estados e Municípios	73.185,33	(2.748,11)	70.437,22	71.264,21
Universalização Serviço Público de Energia	2.438.157,13	(91.553,32)	2.346.603,81	2.438.157,13
Participação do Consumidor	1.066.716,92	(35.032,23)	1.031.684,69	841.411,63
Subtotais	3.578.059,38	(129.333,66)	3.448.725,72	3.350.832,97
Em Curso:				
Participação do Consumidor	50.016,02	0,00	50.016,02	13.522,58
Subtotais	50.016,02	0,00	50.016,02	13.522,58
Totais	3.628.075,40	(129.333,66)	3.498.741,74	3.364.355,55

f) Resumo da Movimentação do Intangível em Serviço e Imobilizado em Curso

	Intangível em Serviço	Obrigações Especiais Vinculadas	Total	Intangível em Curso	Imobilizado em Curso
Saldo em 2011	20.258.670,57	(2.966.600,03)	17.292.070,54	0,00	1.115.129,74
Adições	3.331.609,40	(397.755,52)	2.933.853,88	113.654,02	1.038.299,87
Transferências	(94.029,42)		(94.029,42)		
Baixas	(367.162,08)		(367.162,08)		
Amortização	(1.709.975,43)		(1.709.975,43)		
Saldo em 2012	21.419.113,04	(3.364.355,55)	18.054.757,49	113.654,02	2.153.429,61
Adições	5.180.015,98	(263.719,85)	4.916.296,13	293.655,87	
Transferência Ativo Financeiro	(160.446,56)		(160.446,56)		
Baixas	(772.145,41)		(772.145,41)		(190.302,53)
Amortização	(1.580.897,36)	129.333,66	(1.451.563,70)		
Saldo em 2013	24.085.639,69	(3.498.741,74)	20.586.897,95	407.309,89	1.963.127,08

Na forma da Seção 25 da NBC TG 1000 (Custos de Empréstimos), os encargos de financiamentos contabilizados na demonstração de sobras e ou perdas, são oriundos de empréstimos contratados



COOPERLUZ – Cooperativa Distribuidora de Energia Fronteira Noroeste

CNPJ: 95.824.322/0001-61

junto a Eletrobrás – RGR do PLPT – Programa Luz Para Todos, de obras contratadas e finalizadas anteriormente ao exercício de 2013, assim estes encargos não fazem parte do custo das imobilizações registradas no exercício de 2013.

g) Vidas Úteis e Taxas de Amortização e Depreciação

A amortização e depreciação dos ativos/bens no exercício de 2013 foram realizadas pelo método linear com base nas taxas anuais determinadas pela Aneel na Resolução 474 de 07/02/2012.

Principais Taxas de amortização e Depreciação utilizadas:

UC/UAR:	Taxa %:	UC/UAR:	Taxa %:
Condutor classe Inferior a 69 KV	3,57%	Regulador de Tensão Inf. 69 KV	4,35%
Equipamento Geral	6,25%	Religador de Distribuição	4,00%
Equipamento Geral Informática	16,67%	Transformador de Distribuição	4,00%
Estrutura Postes	3,57%	Transformador de Força	2,86%
Medidor Eletromecânico	4,00%	Veículos	14,29%
Medidor Eletrônico	7,69%	Software	20,00%

Os valores contabilizados como dispêndios de depreciação e amortização nos exercícios de 2013 e 2012 foram de R\$1.451.563,70 e R\$1.709.975,43 respectivamente.

h) Redução ao Valor Recuperável dos Ativos - Impairment

A Administração entende ter direito contratual assegurado quanto ao equilíbrio econômico-financeiro da permissão e a atividade de distribuição de energia é remunerada pelas tarifas reguladas que devem cobrir os custos necessários e a remuneração de seus ativos em serviço. No que diz respeito à indenização dos bens vinculados ao final da permissão de serviço público, admitindo, por hora, e até que se edite regulamentação sobre o tema, a valorização dessa indenização pelo valor dos livros. Assim, a premissa de valorização do ativo residual ao final da permissão ficou estabelecida nos valores registrados contabilmente. Diante dessas premissas, a Cooperativa não identificou necessidade de constituição de provisão para impairment.

Nota 16– Fornecedores	2013	2012
Passivo Circulante		
Concessionários – Suprimento Energia	89.966,38	60.395,92
Fornecedores – Materiais e Serviços	231.277,59	207.983,32
Total	321.243,97	268.379,24

Nota 17 – Folha Pagamento	2013	2012
Passivo Circulante		
Tributos e Contribuições Retidos Fonte	53.092,91	64.624,89
Consignações em favor de Terceiros	7.201,08	8.450,63
Total	60.293,99	73.075,52

Nota 18 – Tributos e Contribuições Sociais a Recolher	2013	2012
Passivo Circulante:		
IRPJ a Recolher	167.684,86	42.158,77
ICMS Energia Elétrica a Recolher	21.129,20	20.603,03
INSS a Recolher	94.596,17	67.740,85
PIS Folha de Pagamento	5.745,77	5.132,33



COOPERLUZ – Cooperativa Distribuidora de Energia Fronteira Noroeste
CNPJ: 95.824.322/0001-61

COFINS a Recolher	23.295,88	24.936,12
FGTS a Recolher	41.041,46	36.953,44
PIS Faturamento a Recolher	5.047,44	5.402,82
CSLL – Contribuição Social Sobre o Lucro	49.006,52	10.002,15
IR/PIS/COFINS/CSLL – Retenções Terceiros	12.688,25	10.604,83
ISSQN – Retenção Terceiros	3.762,67	399,29
INSS Retenção Terceiros	11.133,43	2.736,56
Total	435.131,65	226.670,19

Nota 19 – Empréstimos e Financiamentos		2013	2012	2013	2012
Moeda Nacional – Real:	Valor do Principal	Vencimento no Curto Prazo		Vencimento no Longo Prazo	
Eletrobrás – RGR – PLPT	59.188,67	59.188,67	59.188,68	226.761,09	285.949,77
Total	59.188,67	59.188,67	59.188,68	226.761,09	285.949,77

a) Taxas de Juros

Os empréstimos e financiamentos de curto prazo (passivo circulante) e longo prazo (passivo não circulante) estão em Reais(R\$), com taxas médias de juros de 5% ao ano, mais 1% de taxa de administração. Os juros são capitalizados e amortizáveis ao final de cada mês, dentro da própria competência.

b) Vencimento das Parcelas de Longo Prazo

Em 31 de dezembro de 2013, as parcelas á longo prazo dos empréstimos e financiamentos têm vencimentos nos anos seguintes:

Ano:	Em R\$	Em %
2015	59.188,67	25,76%
2016	59.188,68	25,76%
2017	56.216,75	25,78%
2018 em diante	52.166,99	22,70%
Total a Vencer	226.761,09	100,00%

c) Garantias

Para liquidação dos empréstimos e financiamentos de longo prazo, a Cooperativa deu como garantia os seus recebíveis, o que representa cerca de 0,14% da sua receita líquida.

Nota 20 – Obrigações Estimadas	2013	2012
Provisão sobre Férias	463.606,76	399.156,41
Encargos Sociais sobre férias (INSS/FGTS/PIS)	168.837,18	150.965,85
Total de Obrigações Estimadas	632.443,94	550.122,26

Nota 21 – Credores Diversos	2013	2012
Contas Pagas em Duplicidade	85,40	344,61
Faturas Retificadas	38,79	58,16
Crédito Bônus Itaipu Res. 313/08	1.656,81	571,09
Convênios com Hospitais	3.014,00	3.170,00
Convênios CIP – Iluminação Pública	20.814,70	18.221,03
Total de Outros Credores	25.609,70	22.364,89



Nota 22 – Taxas Regulamentares:	2013	2012
CCC – Conta de Consumo de Combustível	0,00	29.606,20
CDE – Conta de Desenvolvimento Energético	11.904,99	44.612,11
P&D–FNDCT–Fdo Nac. Desenv. Cient.Tecnológico	6.354,82	5.315,57
P&D – Ministério de Minas e Energia	3.177,39	2.657,77
P&D – Pesquisa e Desenvolv.– Recursos Empresa	96.903,02	64.596,03
PEE – Progr de Eficiência Energética –Rec. Empresa	248.725,50	164.346,18
TFSEE - Taxa de Fiscalização Aneel	4.274,91	5.032,60
Ressarcimento ICMS Estados Ex-Isolados	0,00	7.973,35
Total de Encargos do Consumidor	371.340,63	324.139,81

RGR – Reserva Global de Reversão: criada pela Lei 8631 de 04/03/1993 tem por finalidade de prover recursos para reversão, encampação, expansão e melhoria dos serviços públicos de energia elétrica. Este encargo foi extinto pela MP 579/2012, convertida na Lei 12783/2013.

CCC – Conta de Consumo de Combustíveis: criada para subsidiar a geração de energia elétrica com o uso de combustíveis fósseis, disciplina o rateio dos custos de aquisição desses combustíveis entre todas as concessionárias ou autorizadas do país, para garantir os recursos financeiros ao suprimento de energia elétrica a consumidores de localidades isoladas do sistema de geração e distribuição, bem como da geração termelétrica que atende principalmente, a demanda de ponta dos sistemas interligados, com tarifas uniformizadas. Este encargo foi extinto pela MP 579/2012, convertida na Lei 12783/2013.

CDE – Conta de Desenvolvimento Energético: através da Lei 10438/2002, no artigo 13, foi criada a Conta de Desenvolvimento Energético, visando além do desenvolvimento energético dos estados e a competitividade da energia produzida a partir de fontes eólicas, pequenas centrais hidrelétricas, biomassa, gás natural e carvão mineral nacional, nas áreas atendidas pelos sistemas interligados, á promoção da universalização do serviço de energia elétrica em todo o território nacional, devendo seus recursos observar as vinculações previstas em Lei. Este encargo na forma da Lei 12783/2013 e regulamentada pelo Decreto 7891/2013 teve suas finalidades alteradas com vistas á modicidade tarifária.

PEE – P&D – Programa de Eficiência Energética e Pesquisa e Desenvolvimento:

O PEE e o P&D são programas de investimentos estabelecidos pela Agência Nacional de Energia Elétrica – Aneel, para as concessionárias e permissionárias de energia elétrica, calculados em 1% da receita operacional líquida das empresas, sendo 0,50% destinados ao P&D e 0,50% ao PEE. Dos valores destinados ao P&D, 40% são aplicados em projetos de pesquisa e desenvolvimento, 40% são recolhidos ao FNDCT - Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico e 20% ao MME - Ministério de Minas e Energia, que resultam em economias e benefícios diretos para o consumidor, com ações implementadas nas instalações das unidades consumidoras.



COOPERLUZ – Cooperativa Distribuidora de Energia Fronteira Noroeste
CNPJ: 95.824.322/0001-61

Movimentações	P&D - Pesquisa e Desenvolvimento	Saldo ODS Aplicação P&D	PEE - Pesquisa e Eficiência Energética	Saldo ODS Aplicação PEE
Saldo em 2011	34.596,40	-	86.491,09	-
Obrigações Constituídas ano	27.461,43		68.579,27	
Juros Selic	2.538,19		9.275,82	
Débitos Cta Obrigações	-	-	-	-
Aplicações em Projetos P&D	-	27.191,07	-	-
Saldo em 2012	64.596,02	27.191,07	164.346,18	0,00
Obrigações Constituídas ano	30.145,46		73.789,98	
Juros Selic	2.161,54		10.589,34	
Débitos Cta Obrigações	-	-	-	-
Aplicações em Projetos P&D		40.398,71	-	162.248,93
Saldo em 2013	96.903,02	67.589,78	248.725,50	162.248,93

Ressarcimento ICMS Estados Ex-Isolados:

Criado pela Lei 12111/09 e regulamentado pela Aneel, calculado sobre 0,30% da ROL – Receita Operacional Líquida e destina-se ao ressarcimento a Estados com perda de arrecadação de ICMS incidente sobre combustíveis fósseis para geração de energia em virtude da interligação destes sistemas ao SIN-Sistema Interligado Nacional, este encargo teve vigência até dez/2012.

Nota 23 – Provisões e Contingências

Contingências	Valor Estimado	Depósitos Judiciais	2013	2012
			Valor Líquido	
Trabalhistas	10.000,00	16.082,09	(6.082,09)	11.620,63
Fiscais	622.217,90	374.896,30	247.321,60	238.453,45
Outras	32.000,00	214,31	31.785,69	12.000,00
Total de Contingências	664.217,90	391.192,70	273.025,20	262.074,08

A Cooperativa é parte envolvida em ações trabalhistas, fiscais e cíveis e está discutindo estas questões tanto na esfera administrativa quanto na judicial, as quais, quando aplicável, são amparadas por depósitos judiciais. As provisões para as perdas decorrentes destes processos são estimadas e atualizadas pela Administração, amparada pela opinião da Assessoria jurídica da Cooperativa quando as considera como prováveis.

a) Trabalhistas

Embora a Cooperativa seja parte de ações movidas por ex-funcionários envolvendo a cobrança de diferenças salariais, horas-extras, periculosidade e outros, bem como, de responsabilidade subsidiária de empresas terceirizadas quando da construção das usinas, não foram constituídas provisões em função da opinião da Assessoria jurídica de que estas obrigações seriam de perda possível.

b) Cíveis

A cooperativa é parte em ações cíveis de cobrança movidas por associados e ou não associados, envolvendo a discussão sobre a restituição de valores supostamente pagos nas instalações de redes de energia elétrica, não foram constituídas provisões em função da opinião da Assessoria jurídica de que estas obrigações seriam possíveis e ou remotas.



c) Contingências Fiscais e o efeito da Lei 10.684 30.05.2003 e IN 358 de 09.09.2003

A Cooperluz no ano de 2000 ingressou na Justiça federal – 1ª Vara de Santo Angelo/RS, processo nº 2000.71.05.001073-0, discutindo a base de cálculo do PIS e da COFINS (medida provisória 1858-9 de 24/09/1999), efetuando os depósitos judiciais sobre o entendimento da base de cálculo. A assessoria jurídica contratada classifica esta ação com remota possibilidade de perda. Em 30.05.2003, a Lei 10.684 e a Instrução Normativa – IN 358 de 09.09.2003 trouxe alterações na base de cálculo para estas contribuições, em especiais para as cooperativas de eletrificação rural, retroagindo seus efeitos aos exercícios de 1999 á 2003.

A Cooperativa por prudência e por orientação da Assessoria Jurídica reconheceu no exercício de 2004 os efeitos retroativos desta norma, constituindo no Passivo Não Circulante - Provisão para Contingências Fiscais a conta COFINS – Lei 10684 – 1999 á 2003, no valor de R\$125.971,63 e a conta PIS – Lei 10684 – 1999 a 2003, no valor de R\$27.283,35, valores estes atualizados pela variação da taxa selic até a data de 31/12/2013.

Nota 24 – Instrumentos Financeiros

a) Considerações Gerais e Gerenciamento de Riscos

A Cooperativa mantém operações com instrumentos financeiros, cujos riscos são administrados através de estratégias de posições financeiras e sistemas de controles de limites de exposição aos mesmos. Todas as operações estão reconhecidas na contabilidade e os principais instrumentos financeiros são:

Caixa e equivalentes de caixa: apresentados na nota 05;

Contas a receber: apresentadas na nota 06;

Empréstimos e financiamentos: apresentados na nota 19.

b) Valor Justo	2013		2012	
	Valor Contábil	Valor de Mercado	Valor Contábil	Valor de Mercado
Instrumentos Financeiros				
Caixa e Equivalentes de Caixa	5.632.571,20	5.632.571,20	5.995.294,13	5.995.294,13
Contas a Receber	2.490.618,35	2.490.618,35	2.915.719,80	2.915.719,80
Empréstimos e Financiamentos	285.949,76	285.949,76	345.138,45	345.138,45

c) Classificação dos Instrumentos Financeiros

31 de Dezembro de 2013	2013				
	Mantidos para Negociação	Mantidos até o Vencimento	Destinado a Venda	Empréstimos e Recebíveis	Total
Ativos Financeiros:					
Caixa e Equivalentes de Caixa		5.632.571,20			5.632.571,20
Contas a Receber		2.490.618,35			2.490.618,35
Total	0,00	8.123.189,55	0,00	0,00	8.123.189,55
Passivos Financeiros:					
Empréstimos e Financiamentos				285.949,76	285.949,76
Total	0,00	0,00	0,00	285.949,76	285.949,76



d) Fatores de Risco que Podem Afetar os Negócios

Risco de Taxas de Juros: esse risco é oriundo da possibilidade de a empresa vir a sofrer perdas (ou ganhos) por conta de flutuações nas taxas de juros que são aplicadas aos seus passivos e ativos captados (aplicados) no mercado. Para minimizar possíveis impactos advindos de oscilações em taxas de juros, a empresa adota a política de diversificação, alternando a contratação de taxas fixas e variáveis (como a Libor e o CDI), com repactuações periódicas de seus contratos, visando adequá-los ao mercado.

Risco de Taxas de Câmbio: esse risco está atrelado à possibilidade de alteração nas taxas de câmbio, afetando a despesa financeira (ou receita) e o saldo passivo (ou ativo) de contratos que tenham como indexador uma moeda estrangeira.

Risco de Crédito: advém da possibilidade da Cooperativa não receber valores decorrentes de operações de distribuição de energia elétrica ou de créditos detidos junto à instituições financeiras geradas por operações de aplicações financeiras.

Risco de Gerenciamento de Capital: advém da escolha da Cooperativa em adotar uma estrutura de financiamentos para suas operações.

Nota 25 – Patrimônio Líquido

a) Capital Social

O capital social da Cooperativa, no valor de R\$ 3.144.550,51 é formado por cotas partes referente a 15.552 associados em 31 de dezembro de 2013.

Natureza e Finalidade das Reservas

b) Fundo de Reserva: é indivisível para distribuição entre os cooperados, mas a sua constituição é obrigatória conforme a Lei nº 5.764/1971. Sendo constituído de 10% das sobras do exercício social, além de eventuais destinações a critério da Assembleia Geral, destina-se à cobertura de perdas decorrentes dos atos cooperativos e não cooperativos.

c) Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social: também é indivisível entre os cooperados, sendo constituído por 5% das sobras líquidas do exercício social e pelo resultado das operações com terceiros, conforme previsão estatutária, destinado à cobertura de gastos com assistência técnica, educacional e social dos cooperados, familiares e seus próprios colaboradores. Sua constituição é estabelecida pela Lei nº 5.764/1971.

d) Fundo de Manutenção e Expansão: é constituído por 60% das sobras líquidas do exercício social, além de eventuais destinações da Assembleia Geral, e destina-se a cobrir dispêndios de manutenção, operação, investimentos, ampliação e melhoramentos do sistema de distribuição de energia elétrica, podendo ainda ser aplicado em todas as iniciativas que visem o desenvolvimento social ou econômico da Cooperativa.

As sobras apuradas após a constituição das reservas ficam à disposição da Assembleia Geral Ordinária para deliberação quanto a sua destinação.



COOPERLUZ – Cooperativa Distribuidora de Energia Fronteira Noroeste
CNPJ: 95.824.322/0001-61

e) Resultado Abrangente e Sobras a Disposição da Assembleia Geral Ordinária

	2013	2012
Sobras Líquidas do Exercício	2.998.953,34	3.003.093,85
Demais Resultados Abrangentes		
Reversão de Reservas – Reavaliação	399.426,87	440.428,61
Resultado do Exercício Abrangente	3.398.380,21	3.443.522,46
Destinações:		
Fundo de Reserva – 10%	263.145,57	320.331,74
Rates – Reserva Assist. Educ. Social- Ato não cooperativo	766.924,58	240.205,13
Rates – Reserva de Assistência, Educacional e Social – 5%	131.572,79	160.165,87
Fundo de Manutenção e Expansão – 60%	1.578.873,38	1.921.990,40
Sobras a Disposição da Assembleia Geral Ordinária	657.863,89	800.829,32

Nota 26 – Ingressos/Receitas Operacionais

	Nº Unidades Consumidoras		mWh Faturado		R\$ Faturado	
	2013	2012	2013	2012	2013	2012
Fornecimento Faturado						
Residencial	2.227	1.952	3.286,664	3.025,150	1.584.177,39	1.719.458,92
Industrial	29	30	866,363	1.005,212	414.173,54	473.238,87
Comercial	558	539	2.443,715	2.230,893	1.348.058,42	1.406.615,80
Rural	11.090	11.035	38.621,751	38.707,863	10.438.163,10	12.107.689,74
Poderes Públicos	118	114	613,261	571,563	301.287,42	333.093,27
Iluminação Pública	69	68	447,788	318,038	106.618,66	91.979,91
Serviço Público	100	99	1.712,668	1.723,671	717.267,41	846.944,98
Subtotal	14.191	13.837	47.992,210	47.582,390	14.909.745,94	16.979.021,49
Fornecimento Não Faturado					(62.841,00)	91.164,00
Total	14.191	13.837	47.992,210	47.582,390	14.846.904,94	17.070.185,49

Nota 27 – Energia Elétrica Comprada para Revenda

	2013	2012	2013	2012
	MWh		R\$:	
RGE S/A	55.542	55.443	2.592.808,92	2.157.408,66
Proinfa	1.279	1.140	232.509,26	193.163,32
Totais	56.820	56.583	2.825.318,18	2.350.571,98

Nota 28 – Dispêndios/Despesas e Custos

2013

Natureza dos Custos e Despesas	Custos dos Serviços	Despesas C/Vendas	Despesas Gerais e Administrativas	Total
Energia Elétrica Comprada p/revenda	2.825.318,18			2.825.318,18
Pessoal e Administradores			1.208.607,02	5.461.811,47
Materiais	896.069,63		72.318,40	968.388,03
Serviços de Terceiros	862.736,65		160.951,89	1.023.688,54
Depreciações e Amortizações	1.378.585,72		72.977,98	1.451.563,70
TFSEE – Taxa Fisc. Aneel	55.087,37		0,00	55.087,37

**COOPERLUZ – Cooperativa Distribuidora de Energia Fronteira Noroeste**

CNPJ: 95.824.322/0001-61

Provisões e Reversões	5.000,00	1.896,08	0,00	6.896,08
Outras	256.069,44		253.414,08	509.483,52
Outros Dispendios C/ Construção - nota 15 d (i)	5.472.671,86		0,00	5.472.671,86
Outras Receitas Operacionais	(510.729,21)		0,00	(510.729,21)
Outras Despesas Operacionais	368.281,95		0,00	368.281,95
Totais	15.862.296,04	1.896,08	1.768.269,37	17.632.461,49

2012

Natureza dos Custos e Despesas	Custos dos Serviços	Despesas C/Vendas	Despesas Gerais e Administrativas	Total
Energia Elétrica Comprada p/revenda	2.350.571,98			2.350.571,98
Pessoal e Administradores	3.797.211,02		1.077.655,47	4.874.866,49
Materiais	716.779,16		61.806,21	778.585,37
Serviços de Terceiros	713.868,73		184.081,59	897.950,32
Depreciações e Amortizações	1.639.960,16		70.015,27	1.709.975,43
TFSEE – Taxa Fisc. Aneel	52.153,50		0,00	52.153,50
Provisões e Reversões	37.000,00	(1.699,71)	0,00	35.300,29
Outras	328.038,46		208.629,93	536.668,39
Outros Dispendios C/ Construção - nota 15 d (i)	3.445.263,28		0,00	3.445.263,28
Outras Receitas Operacionais	(393.006,62)		0,00	(393.006,62)
Outras Despesas Operacionais	196.022,41		0,00	196.022,41
Totais	12.883.862,08	(1.699,71)	1.602.188,47	14.484.350,84

Nota 29 - Demonstração do Resultado do Exercício Segregado por Atividade

A Demonstração do Resultado do Exercício de 2013 ora apresentada está de forma segregada pelas atividades de distribuição e comercialização e atividades não vinculadas.

2013

Demonstração do Resultado	Distribuição	Comercialização	Não Vinculadas	Consolidado
Ingressos/Receita Operacional Bruta:				
Fornecimento de Energia Elétrica	10.247.509,03	4.599.395,91		14.846.904,94
Disponibilização Sistema de Distribuição	23.301,95	0,00		23.301,95
Outras Receitas	0,00	2.531.327,65		2.531.327,65
Outras Receitas de Construção nota 4(i)	5.414.398,44	58.273,42		5.472.671,86
Total dos Ingressos/Receita Operacional Bruta	15.685.209,42	7.188.996,98		22.874.206,40
Tributos sobre a Receita	1.212.611,55	527.963,37		1.740.574,92
ICMS	1.070.173,73	499.230,49		1.569.404,22
PIS/COFINS	142.437,82	28.732,88		171.170,70
Encargos do Consumidor:	327.788,55	213.054,93		540.843,48
RGR -Reserva Global Reversão	12.737,16	17.480,24		30.217,40
CDE – Conta de Desenv. Energético	163.961,29	108.692,57		272.653,86
CCC – Conta Consumo Combustível	44.872,82	43.945,78		88.818,60
Outros Encargos	106.217,28	42.936,34		149.153,62
Dedução dos Ingressos/Receita e dos Encargos	1.540.400,10	741.018,30		2.281.418,40
Ingressos/Receita Operacional Líquida	14.144.809,32	6.447.978,68		20.592.788,00
Custo do Serviço de Energia Elétrica	6.400.292,44	4.131.779,00		10.532.071,44
Energia Elétrica Comprada p/revenda	0,00	2.825.318,18		2.825.318,18
Custo de Operação	6.400.292,44	1.306.460,82		7.706.753,26
Pessoal e Administradores	3.607.705,19	645.499,26		4.253.204,45
Materiais	785.280,50	110.789,13		896.069,63
Serviços de Terceiros	421.852,09	440.884,56		862.736,65
Depreciações e Amortizações	1.356.038,14	22.547,58		1.378.585,72

**COOPERLUZ – Cooperativa Distribuidora de Energia Fronteira Noroeste****CNPJ: 95.824.322/0001-61**

TFSEE – Taxa Fisc. Aneel	0,00	55.087,37		55.087,37
Provisões e Reversões	(15.000,00)	20.000,00		5.000,00
Outras	244.416,52	11.652,92		256.069,44
Sobra Operacional Bruta	7.744.516,88	2.316.199,68		10.060.716,56
Dispêndios Operacionais	6.826.936,00	273.454,05	0,00	7.100.390,05
Dispêndios com Venda	0,00	1.896,08		1.896,08
Dispêndios Gerais e Administrativos	1.389.035,80	379.233,61		1.768.269,41
Dispêndios C/ Construção-nota 15d(i)	5.414.398,44	58.273,38		5.472.671,82
Outros Ingressos Operacionais	(343.344,31)	(167.384,90)		(510.729,21)
Outros Dispêndios Operacionais	366.846,07	1.435,88		368.281,95
Resultado do Serviço	917.580,88	2.042.745,63	0,00	2.960.326,51
Ingressos/Dispêndios Financeiros	317.264,37	206.118,12	37.613,56	560.996,05
Renda de Aplicações Financeiras	343.017,57	92.982,18		435.999,75
Variação Monet.Acrésc Moratório Energia	0,00	133.928,99		133.928,99
Encargos de Dívidas	(19.064,68)	0,00		(19.064,68)
Resultado Participações Societárias	0,00	0,00	38.339,56	38.339,56
Outros Ingressos/Dispêndios Financeiros	(6.688,52)	(20.793,05)	(726,00)	(28.207,57)
Sobras/Perdas antes da CSLL/IRPJ	1.234.845,25	2.248.863,75	37.613,56	3.521.322,56
CSLL- Contribuição Social S/Lucro	58.210,04	85.065,34	1.351,76	144.627,14
Imposto de Renda PJ	152.034,98	222.176,52	3.530,58	377.742,08
Sobras Líquidas do Exercício	1.024.600,23	1.941.621,89	32.731,22	2.998.953,34

Nota 30 - Demonstração Tributável do Resultado – Operações Com Associados e Terceiros

	<u>2013</u>	<u>Ato Cooperativo</u>	<u>Ato Não Cooperativo</u>
Ingresso/Receita Operacional	22.915.238,16	20.395.194,21	2.520.043,95
Fornecimento Energia Elétrica	14.911.238,65	14.911.238,65	0,00
Outros Ingressos e Receitas Operacionais	11.283,70	11.283,70	0,00
Subvenções e Doações	2.520.043,95	0,00	2.520.043,95
Ingressos/Receita de Construção	5.472.671,86	5.472.671,86	0,00
Deduções Ingressos/Receitas:	2.322.450,16	2.219.564,11	102.886,05
Impostos e Contribuições Sociais	1.740.574,92	1.715.840,75	24.734,17
Encargos Setoriais	540.843,48	462.691,60	78.151,88
Devoluções/Restituições Energia	41.031,76	41.031,76	0,00
Ingressos/Receita Operacional Líquida:	20.592.788,00	18.175.630,10	2.417.157,90
Dispêndios/Custo do Serviço Energia Elétrica	10.532.071,44	9.010.187,11	1.521.884,33
Energia Elétrica Comprada para revenda	2.825.318,18	2.417.059,70	408.258,48
Dispêndios/Custo de Operação	7.706.753,26	6.593.127,41	1.113.625,85
Pessoal	4.253.204,45	3.638.616,41	614.588,04
Material	896.069,63	766.587,57	129.482,06
Serviços de Terceiros	862.736,65	738.071,20	124.665,45
Amortização e Depreciação	1.378.585,72	1.179.380,08	199.205,64
Provisões e Reversões	5.000,00	4.277,50	722,50
Outros Dispêndios/Despesas	311.156,81	266.194,65	44.962,16
Resultado Operacional Bruto:	10.060.716,56	9.165.442,99	895.273,57
Dispêndios/Despesas Operacionais	7.100.390,05	7.316.255,90	-215.865,85
Dispêndios C/Vendas	1.896,08	1.622,10	273,98
Dispêndios/Despesas Gerais e Administrativa	1.768.269,37	1.512.754,45	255.514,92
Outros Dispêndios C/Construção	5.472.671,86	5.472.671,86	0,00
Outros Ingressos/Receitas Operac.	(510.729,21)	(38.100,01)	(472.629,20)

**COOPERLUZ – Cooperativa Distribuidora de Energia Fronteira Noroeste****CNPJ: 95.824.322/0001-61**

Outros Dispendios/Despesas Operac.	368.281,95	367.307,50	974,45
Resultado do Serviço	2.960.326,51	1.849.187,09	1.111.139,42
Resultado Financeiro	560.996,05	560.996,05	0,00
Rendas de Aplicações Financeiras	435.318,33	435.318,33	0,00
Acrésc. Moratório - energia vendida	133.916,92	133.916,92	0,00
Variações Monetárias	(21.719,74)	(21.719,74)	0,00
Resultado de Participações Societárias	38.339,56	38.339,56	0,00
Encargos de Dívidas	(19.064,68)	(19.064,68)	0,00
Outros Ingressos/Dispendios Financeiros	(5.794,34)	(5.794,34)	0,00
RESULTADO OPERACIONAL ANTES IMPOSTOS	3.521.322,56	2.410.183,14	1.111.139,42

Nota 31 – Demonstração de Fluxo de Caixa

Na montagem da demonstração dos fluxos de caixa de investimentos e financiamentos foram efetuados ajustes entre os saldos das contas patrimoniais para eliminar efeitos de variações que efetivamente não representaram movimentação de caixa.

Nota 32 - Demonstração do Valor Adicionado

Os valores relacionados à mão de obra utilizada para construção de redes de energia elétrica em 2013, no valor de R\$1.245.618,26 foram reconhecidos como “Receitas Relativas à Construção de Ativos Próprios”, em atendimento à NBC TG 09, aprovada pela Resolução CFC nº 1.138, de 21/11/2009. Para fins de comparabilidade das demonstrações, o mesmo procedimento foi adotado para o exercício de 2012, apurando-se um valor de R\$1.012.191,18.

Nota 33 – Seguros

Bens Segurados:	Cobertura Básica:	Importância Segurada: R\$
Prédios Terceiros locados	Básica – Incêndio – vendaval	2.755.000,00
Veículos Administração	Total – danos materiais e pessoais	900.000,00
Seguro de Vida	Funcionários – Acidente e morte acidental	2.160.000,00
	Total Segurado R\$:	5.715.000,00

Nota 34 – Avais

A Cooperativa não constituiu e não concedeu avais em nome da própria cooperativa, de funcionários, diretores, associados, terceiros pessoas físicas e ou jurídicas.

Nota 35 - Eventos Subsequentes

Não ocorreram eventos subsequentes entre a data de encerramento do exercício social e de aprovação das demonstrações contábeis para fins de divulgação em 06/02/2014 que pudessem afetar as informações divulgadas, bem como a análise econômica e financeira.



COOPERLUZ – Cooperativa Distribuidora de Energia Fronteira Noroeste
CNPJ: 95.824.322/0001-61

Nota 36 - Balanço Social

As informações de natureza social e ambiental, identificadas como balanço social, não fazem parte das demonstrações contábeis e não foram auditadas.

Querino Volkmer
Presidente-Cooperluz

Paulo Kreutz
Secretário-Cooperluz

Ivar Pacheco de Souza
Contador CRCRS 43674/0

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Nós abaixo assinados, membros do Conselho Fiscal da **COOPERLUZ – COOPERATIVA DISTRIBUIDORA DE ENERGIA FRONTEIRA NOROESTE**, inscrita no CNPJ: 95.824.322/0001-61, com sede em Santa Rosa/RS, em cumprimento ao que determina o Art. 49, inciso XI do Estatuto Social, tendo examinado os lançamentos e documentos contábeis, o Balanço Patrimonial, bem como as demais Demonstrações Contábeis relativas ao exercício de 2013, os mesmos refletem a realidade e somos do parecer de que merecem a aprovação dos Senhores Associados.

Santa Rosa (RS), 07 de Fevereiro de 2014.

Celso Antonio Backes
Conselheiro Fiscal

Etelvaldo Zwan
Conselheiro Fiscal

José Isidoro Reichert
Conselheiro Fiscal



RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DO EXERCÍCIO DE 2013

Aos

**Membros dos Conselhos de Administração e Fiscal da
COOPERLUZ - Cooperativa Distribuidora de Energia Fronteira Noroeste
Santa Rosa – RS**

Examinamos as demonstrações contábeis da COOPERLUZ - Cooperativa Distribuidora de Energia Fronteira Noroeste, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2013 e as respectivas demonstrações das sobras ou perdas, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis

A administração da entidade é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades de Pequeno e Médio Porte (NBC TG 1000) e das normas e resoluções da Agência Nacional de Energia Elétrica – Aneel e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro.

Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da entidade. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião sem ressalva.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis, acima referidas, apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da COOPERLUZ - Cooperativa Distribuidora de Energia Fronteira Noroeste em 31 de dezembro de 2013, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades de Pequeno e Médio Porte e em conformidade com as normas e resoluções da Agência Nacional de Energia Elétrica – Aneel.

Ênfases

Conforme a Nota Explicativa 15, a sistemática de cálculo da depreciação dos bens do imobilizado (classificado no ativo intangível para atendimento da ITG 01 - Contratos de Concessão) prevista na seção 17 da NBC TG 1000, aprovada pela resolução 1.255/09 do Conselho Federal de Contabilidade,



COOPERLUZ – Cooperativa Distribuidora de Energia Fronteira Noroeste

CNPJ: 95.824.322/0001-61

requer a apuração do valor depreciável mediante estimativa da vida útil remanescente e do valor residual recuperável. A COOPERLUZ, permissionária do serviço público de distribuição de energia elétrica, adota as estimativas de vida útil em conformidade com a Resolução Aneel 474/2012, as quais são consideradas pela administração compatíveis com o regramento da NBC TG 1000.

A nossa opinião, emitida no parágrafo acima, não se modifica em face do assunto enfatizado.

Outros Assuntos

A Demonstração do Valor Adicionado, apresentada para propiciar informações suplementares, requerida como parte integrante das demonstrações contábeis apenas para as companhias de capital aberto, elaborada sob a responsabilidade da administração da cooperativa e submetida aos procedimentos de auditoria descritos no parágrafo que trata da responsabilidade dos auditores independentes e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

As demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2012, apresentadas para fins de comparabilidade, foram por nós auditadas com relatório de opinião emitido em 01 de março de 2013, sem ressalvas.

Porto Alegre, 28 de fevereiro de 2014.

Cristiano Crivelaro Dickel
CRC/RS 080675/O-2 | CNAI 2921

Erni Dickel – Responsável Técnico
CRC/RS 041338/O-2 | CNAI 485

DICKEL & Maffi – Auditoria e Consultoria S/S
Registro CRC/RS 3.025/0-O – OCB/RS 690
CVM – 723-4